

Carlos Alberto Medeiros Lima

Memorial descritivo da trajetória acadêmica

Curitiba

2021

Universidade Federal do Paraná

Setor de Ciências Humanas

Departamento de História

Memorial descritivo da trajetória acadêmica

Carlos Alberto Medeiros Lima

Memorial descritivo apresentado como requisito parcial para a promoção a professor titular, conforme a Resolução nº 10, de 23/07/2014, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Paraná.

Curitiba

2021

Sumário

Entrada no ofício e contexto	4
Hierarquia e movimento, sem contradição	12
A criouliização	16
Uma nova mensagem vinda do contexto e o século XIX	20
A sociedade em carne viva	28
Cana, café e criouliização da morbidade	42
Tensão inscrita nos elementos comunitários	58
Criouliização e instabilidade: entre a crise política e a insalubridade	77
Aulas em turma de pós-graduação e orientações	88
Considerações finais	89
Apêndice: sumário da produção acadêmica	182

Entrada no ofício e contexto

Ingressei no curso de História da Universidade Federal Fluminense em 1983, tendo concluído a Licenciatura em 1988, após algumas interrupções breves. O contexto teve influência avassaladora sobre a formação dos que atravessaram o curso nessa época.

Ao lado da formação de novos partidos políticos e do avanço da inflação, parte do legado autoritário, a própria ditadura atravessava crise e era objeto de protestos, expressos, por exemplo, nos movimentos reivindicatórios de eleições diretas para a Presidência da República. Simultaneamente, a mobilização da sociedade relacionada a movimentos sociais era intensa, configurando o que pesquisadores como Eduardo Noronha qualificaram como um dos mais intensos ciclos grevistas já vistos no Ocidente, se quantificados a partir do método das jornadas não trabalhadas. A insegurança inflacionária certamente influía para que isso ocorresse, do mesmo modo que o avanço da desigualdade. Mais tarde, disponíveis avaliações mais precisas, foi possível verificar que a iniquidade podia variar demais em prazos muito curtos nessa época; quando se calcularam índices de Gini, viu-se que eles passaram de 0,596 em 1983, meu primeiro ano de curso de graduação, para 0,616 em 1988, ano durante o qual concluí o curso (www.ipeadata.gov.br. Acesso em 10/12/2020); isso não estava disponível na época, e nem eu teria tido interesse em procurar tal tipo de informação; mas retrata com precisão o ambiente de instabilidade, autoritarismo e mazelas sociais escancaradas que passava a poder ser visto.

Esse ambiente político e social, ao lado da relativa desarticulação dos esquemas de operação da censura e das tentativas de intervenção na Universidade, direcionou o interesse de muitos jovens para as Humanidades. Já no curso, foi igualmente impactante o fato de que essas profissões passavam por processo importante de reformulação de suas características, e isso tanto no sentido de que a preocupação política estimulava os estudos universitários de humanidades, quanto naquele de que uma certa desparoquialização destas últimas, concomitante à queda da ditadura, engajava a produção acadêmica em movimentos internacionais, o que teve o sentido de sua profissionalização.

Após a conclusão da graduação, passei cerca de dois anos militando em outras atividades profissionais, mas ao mesmo tempo matriculei-me em curso de especialização na Universidade Gama Filho. Nele, desenvolvi trabalho de conclusão relacionado às figuras de Aureliano Cândido Tavares Bastos e João Francisco Lisboa, dois autores oitocentistas voltados para reformas do sistema político, embora segundo prismas diversos. Um deles, Bastos, vinculava-se a projetos de descentralização imperial, ao passo que Lisboa avançava na direção da defesa, como historiador, da capacidade de elementos locais, de sua própria província do Maranhão, para o enfrentamento dos problemas específicos do período colonial.

Ainda antes da apresentação da monografia aludida, ingressei no Mestrado em História do Brasil da Universidade Federal do Rio de Janeiro com uma intenção inicial – assim se estruturava o ingresso em um curso de pós-graduação nessa época – de estudar a pobreza urbana na cidade do Rio de Janeiro no final do período colonial. Sob a orientação de Manolo Garcia Florentino, isso se materializou em dissertação defendida no final de 1993 com o título *Trabalho, negócios e escravidão: artífices na cidade do Rio de Janeiro (c. 1790-c. 1808)*. Detenho-me um pouco mais nesse trabalho pelo fato de tê-lo publicado como livro em 2008, acrescentando-lhe algumas análises que fiz na minha tese de Doutorado.

Essa dissertação, defendida em 1993, partiu de uma intenção de pesquisa voltada para a pobreza urbana, mas, diante do enfrentamento da documentação, acabou detendo-se em algo diferente. Foram consultadas licenças para o estabelecimento de casas comerciais, registros de exames corporativos (realizados pelas chamadas bandeiras de ofícios), alguns processos cíveis, inventários *post mortem* localizados a partir de cruzamentos nominativos e outras, especialmente do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e do Arquivo Nacional, e a leitura de toda essa documentação permitiu verificar que, ao invés de uma pobreza plana, indiferenciada e massacrada pela imensa desigualdade social, verificava-se uma intensa estratificação de mundos corporativos, com hierarquização dada tanto internamente às mesmas corporações quanto entre elas. O trabalho escravo, definidor de um artesanato escravista, facultava a mobilidade social numa ordem corporativa que também era marcada pela presença de pequenos senhores. A proximidade dos artífices

em relação à atividade mercantil acrescentava energia a essa movimentação social, tratando-se de período de fortes trânsitos e combinações de atividades diversas e de preponderância mercantil no interior do mercado restrito desse mundo colonial tardio, segundo conceituação proposta para e adaptada ao Brasil por João Fragoso, profissional que, ao lado de Manolo Florentino, teve forte impacto em minha formação intelectual.

No primeiro capítulo da dissertação, abordei o crescimento da cidade do Rio de Janeiro no final do século XVIII e recolhi indícios a respeito do mercado para os produtos e serviços, concluindo que a fragilidade da divisão social do trabalho e o caráter extensivo das atividades (esbanjando recursos naturais a fim de poupar trabalho), a natureza aristocrática da vida social e o mundo que a escravidão criou levaram a que o artesanato urbano colonial e escravista se organizasse preferencialmente ao redor dos ofícios provedores de bens de consumo e serviços pessoais, e não da produção de insumos para outras atividades. Além disso, avancei na direção de algumas percepções acerca da integração entre relações de mercado e a lógica de desigualdade aristocrática presente na vida social. Argumentei nesse sentido apontando ter havido duas formas de entrada nos ofícios artesanais – os exames corporativos (rigidamente controlados pelas bandeiras) e as licenças para casas comerciais (fornecidas pelo conselho municipal). Apesar de os exames terem mantido um movimento uniforme ao longo do período analisado, houve uma nítida flutuação para baixo no tráfico de escravos (análises de Manolo Florentino) e nos preços de alimentos (discussão de Harold B. Johnson). Se os exames apontavam para impermeabilidade entre mercado e corporações, as licenças – e portanto a atuação da câmara local – sinalizavam na direção inversa, cedendo à dinâmica do mercado. Uma sociedade aristocrática era reiterada por dentro de relações mercantilizadas. No mesmo capítulo, a distribuição dos artesãos pela cidade mostrava algo importante sobre a projeção espacial da hierarquia social. Ela não assumiu um padrão de zoneamento excludente, reservando-se bairros ou ruas a ofícios específicos, apesar de existirem ruas pensadas dessa forma (beco dos barbeiros etc.). A aristocrática cidade do Rio organizava-se mais – e alocava artífices – ao redor da lógica descrita por Richard Graham como de conjugação da “contiguidade física” com a “distância social” tão própria das relações de dependência pessoal, vigorando menos o zoneamento excludente

e mais a vizinhança centralizada. Isso se ligava a uma abordagem central no trabalho em relação aos artesãos, aos livres pobres, em geral, e às formas de mobilidade social nessa sociedade hierárquica. A vizinhança centralizada se articulava a uma tônica de inclusão subordinada, mais que à estratificação excludente. O mesmo se verificava quanto à posse de escravos na cidade. Ela era simultaneamente monopolizada e inclusiva (quanto aos livres e libertos – pois se encontraram diversos casos de artesãos libertos e pobres, mas que possuíam alguns cativos). Como diversos estudos mostraram, a maior parte dos cativos da cidade pertencia a abastados, mas a maior parte dos senhores possuía ínfimas posses (denotando a vigência da inclusão subordinada de livres pobres, mas também a – nesse caso funesta – mobilidade social).

O capítulo 2 aborda relações de trabalho no interior do artesanato, ganhos obtidos nas oficinas mais robustas e jornais (salários) de oficiais. Além disso, tendo em vista observar os efeitos da desigualdade, do mercado restrito e da fragilidade da divisão do trabalho sobre a atividade, leva em conta as flutuações da participação dos diversos setores de atividade artesanal (de acordo com o tipo de produto) e as práticas de trânsito entre ofícios e de combinações de atividades. Essas discussões conduziram a refletir sobre uma percepção do mundo dos ofícios como um artesanato escravista. Quanto a estes, abordá-los permitiu uma espécie de revisão de imagens correntes a respeito da escravidão urbana. A ordem hierárquica brasileira permitia a criação de estreitos canais de mobilidade social ascendente e estes, embora de efeito praticamente nulo quanto a reduzir a desigualdade, devem ter contribuído para uma ênfase excessiva na movimentação e na autonomia de cativos urbanos. Mas a análise da escravidão artesanal mostrou pouca propensão ao trabalho nas ruas, imperando em seu lugar o relativo confinamento em oficinas, além do fato de que a população cativa pertencente a artífices era marcadamente masculina (mais que o normal na cidade do Rio) e de que os sinais de acesso à família escrava não eram muito frequentes.

O capítulo 3, intitulado *A pirâmide torta*, aborda diferenciação social e estratificação interna do segmento artesanal da cidade, bem como formas de mobilidade social. Foi preciso abordá-lo pelo fato de que a distância entre as fortunas de alguns poucos muito endinheirados artífices ter se contraposto à extrema modéstia dos patrimônios dos outros. O exame da estrutura desses

patrimônios conduziu à percepção de que acumular atividade comercial com o exercício das ocupações artesanais era um caminho de enriquecimento, acompanhado ou não do abandono do artesanato (isso porque algumas pessoas começaram no artesanato, enriqueceram combinando-o com o comércio e derivaram para a propriedade agrária, especialmente de chácaras com funções de abastecimento da cidade). Assim, a análise do artesanato escravista conduziu à necessidade de aplicação da hipótese de preponderância do capital mercantil no mercado restrito de uma sociedade agrária, conforme indicações de João Fragoso e Manolo Florentino. Numa sociedade de Antigo Regime, ademais, é bastante aplicável o chamado modelo de San Gimignano, de Lawrence Stone, e anteriormente aplicado ao Brasil por Stuart Schwartz. Ele aponta diversas rotas de mobilidade ascendente numa sociedade de Antigo Regime. Assim, foram examinadas as provisões dos cargos de juizes e escrivães das bandeiras de ofício, assim como as de avaliadores de ofício; tudo mostrou a consolidação de uma elite artesanal, especialmente através da repetição de provisões para determinados mestres. A hierarquia social atravessava a vida das pessoas na cidade segundo mecanismos os mais diversos, fossem eles mais ou menos institucionalizados. A discussão sobre mobilidade social em uma ordem hierárquica me fez entrar em contato pela primeira vez com um tema que revisitaria novamente, o modo de vida dos libertos e de seus descendentes em uma ordem escravista.

O quarto capítulo aborda problemas relacionados à vigência de uma identificação artesanal nas circunstâncias estudadas, dado que as tradições artesanais europeias punham um fortíssimo acento na socialização intrínseca às corporações de ofício. No Rio, além do fato de a câmara funcionar como uma espécie de comitê central do mercado restrito, fazendo-o invadir a atividade artesanal – embora com seus monopólios de natureza diversa frente aos corporativos –, a escravidão e a presença do artesanato escravista conduziam a uma identificação muito mais senhorial, apesar de modesta, do que artesanal.

Em 1991 ingressei no magistério no ensino básico sob duas formas: prestei concurso público para as Secretarias de Educação do município de Petrópolis e do estado do Rio de Janeiro. As experiências obtidas no ensino fundamental (em Petrópolis) e no médio voltado para jovens e adultos (na

cidade do Rio de Janeiro) foram algo absolutamente fundamental na redefinição de minha vida pessoal e profissional.

Ingressei no Curso de Doutorado em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1994, tendo durante este ano atuado como professor substituto na mesma instituição (no ano seguinte continuei ministrando aulas na graduação em História da UFRJ no âmbito do programa de tutoria). Durante o Doutorado, desenvolvi projeto abordando o tema das famílias livres e pobres no interior de uma sociedade escravista (e de uma cidade escravista, como era o Rio de Janeiro de 1786 a 1844).

Enquanto cursava o Doutorado prestei concurso para o Departamento de História da UFPR, no final de 1995, tendo sido provado e iniciando minhas atividades em nossa instituição no início de 1996. Antes de abordar minha atividade departamental, refiro-me à tese de Doutorado que defendi no final de 1997.

A relação entre famílias livres e a escravidão centrava-se no fato de que uma sociedade escravista ibérica pressupunha uma diversidade de inserções da pequena produção na vida social, alavancando um mercado restrito e preservando o viés hierárquico da vida social. Da tese defendida em 1997, refiro-me especialmente a um repertório de temas e métodos de pesquisa que continuaram a me interessar posteriormente.

Percorri indicadores acerca de flutuações econômicas na cidade do Rio, tendo em vista associar escravidão, mercado, pequena produção e modo de vida da pobreza livre. A fim de obter aproximação à hierarquia social, desenvolvi algumas estratégias para estimar a importância da pobreza livre não escravocrata. A hierarquia inclusiva estruturadora da sociedade brasileira combinava grande capacidade, pelo alto, de concentrar a riqueza com a intensa hierarquização das camadas imediatamente inferiores. Assim, quanto à posse de escravos, tinha-se normalmente no Brasil uma conformação segundo a qual a maior parte dos escravos existentes pertencia às camadas superiores de possuidores, enquanto a maioria dos proprietários era formada por pequenos proprietários, e a isso se associava uma grande massa de livres pobres destituídos de cativos. Faltando listas de habitantes para a cidade, a combinação de inventários *post mortem* – que fornecem informações sobre a estrutura de posse e sobre a alocação de cativos nas faixas de tamanho de

escravarias – com mapas de população contendo os números totais de escravos e de fogos, domicílios ou chefes de família (conforme a expressão usada em um deles) permitiu-me realizar uma estimativa a respeito da distribuição dos domicílios cariocas pelas faixas de posse (ou de ausência de posse) de escravos.

A intimidade da vida social, marcada como era pela escravidão, separava com força os destinos de livres e escravos. Assim, e apesar do caráter aristocrático da vida social, que hierarquizava intensamente as pessoas livres, abriam-se para estas janelas de estabelecimento autônomo e de mobilidade ascendente. Isso foi acompanhado na tese com o movimento dos casamentos de livres na freguesia de São José da cidade do Rio de Janeiro entre 1790 e 1844. Essas pessoas uniam-se em um ritmo que respondia positivamente aos preços dos gêneros, de modo que famílias se formavam ao sabor dos momentos de abertura de condições para o estabelecimento de seus negócios, ou de suas unidades de pequena produção mercantil. O movimento não respondia ao movimento das condições de vida, como se as famílias a serem formadas se comportassem como consumidoras. Respondia, isso sim, às oportunidades de estabelecimento de pequenos negócios. Era quase como se o Rio de Janeiro funcionasse como uma imensa aldeia camponesa, para mencionar aquilo que argentinos afirmam em relação à cidade de Buenos Aires do século XIX (*la gran aldea*, no texto de Lucio Vicente López).

Isso me fez tentar associar o que observava quanto à vida econômica ao ciclo de vida dos chefes de fogo, o que se mostrou pouco factível, dada a documentação disponível, mas permitiu-me por acento num elemento fundamental: o centramento na casa ou fogo se associava a um aspecto aristocrático da vida social, pondo acento em hierarquias muito discretas e quase imperceptíveis, mas vivenciadas com muito intensidade. O empreendimento, no entanto, levou-me a enveredar por uma espécie difusa e peculiar de senhorialismo, vigente entre setores pouco abastados, ou mesmo entre agentes que nada tinham de abastados. Um dado aristocrático da vida social, especialmente se difuso, associava-se à proliferação de expectativas e mesmo hábitos relacionados ao exercício do poder pessoal (uma definição de aristocracia, afinal, e uma definição que faz lembrar uma expressão de Joaquim Nabuco dirigida a período pouco posterior àquele abordado na tese: o

sistema, em Pernambuco, seria algo associado a uma “democracia de fidalgos”). Assim, mesmo que estudando pobres e gente móvel socialmente, a pesquisa conduziu-me a uma aproximação com o sombrio lugar da violência na sociedade escravista e, muito provavelmente, em sua herança. A violência legitimada intrínseca ao cativo como que extravasava para a vida de todo mundo.

As famílias no interior dessa cidade escravista tinham algumas de suas características muito afetadas por movimentos conjunturais, o que deve ser posto no lugar de uma imagem de imutabilidade do mundo doméstico e de refúgio no interior dele. Não eram só a relação de cada fogo com a posse de escravos, quando fosse o caso, e o ritmo de formação de novos lares que sofriam forte instabilidade conjuntural. Esta também incidia em elementos como a composição do fogo no tocante à presença de habitantes livres, a propensão dos lares a buscarem agregar crianças e adultos (incluindo o acesso às crianças abandonadas, os chamados *expostos*), a orientação ocupacional dos domicílios (observada através das oscilações nas ocupações cativas inclusive das pequenas escravarias), as taxas de ilegitimidade (que, para além da tendência geral ao aumento durante o século XIX, igualmente oscilavam conjunturalmente, por mais que seja difícil explicar como uma coisa conseguia afetar a outra) e a tendência a que membros desses fogos se movessem ocupacional e geograficamente, incluindo trânsitos migratórios de maior fôlego, deixando a cidade. Tudo isso era fortemente afetado pelas oscilações conjunturais. Até mesmo os indicadores de desigualdade social sofriam esse tipo de flutuação de curto prazo. A inspiração para isso proveio de achados de meu orientador, Manolo Florentino, na direção de que a composição da população escrava local, marcada pelo tráfico africano, era fortemente alterada ao sabor de oscilações conjunturais, e de um jeito tal que esse caso leva a relativizar modelos normalmente utilizados por historiadores europeus, como os braudelianos, os quais sempre foram muito propensos a inserir a população (e, portanto, as famílias) no mundo dos fenômenos da longa duração ou, no limite, no terreno da história imóvel, no dizer de Ladurie.

Essa abordagem conduziu meu raciocínio a elencar alguns temas aos quais dedicaria esforços daí em diante. Um desses temas era o da vida dos egressos do cativo e dos seus descendentes. Já na tese de Doutorado,

busquei relacionar às oscilações conjunturais o estudo das concessões de alforria (no caso do Rio, estudei alforrias de pia batismal), o ritmo das uniões matrimoniais envolvendo libertos, as alianças matrimoniais de forros, a propensão de mulheres negras à recepção de crianças abandonadas e indicadores indiretos a respeito da fecundidade de acordo com a cor (não se tratou de indicadores passíveis de uso ou mesmo de aceitação por parte de demógrafos, mas tão somente de aproximações mais ou menos grosseiras que atendessem a objetivos de história social e da família).

Outro desses temas é o da imigração portuguesa para o Brasil. Quanto a eles, refleti tanto sobre colonos abastados, quanto sobre colonos depauperados e migrantes pobres posteriormente à Independência. De fato, e mais até que imigrantes europeus ou das Ilhas Atlânticas, chama a atenção o quanto a cidade do Rio de Janeiro funcionava como uma espécie de eclusa, para referir uma expressão cunhada por Luís Felipe de Alencastro para a segunda metade do século XIX e que inspirou afirmação semelhante de Sheila Faria quanto ao século XVIII. Ocorria mesmo uma espécie de avalanche de migrantes de diversas partes do Brasil e do mundo. Era quase típica na freguesia de São José uma espécie de casamento na qual uniam-se um homem de fora da cidade e uma mulher local. Isso se ligava a uma espécie de pulsação que conduzia membros de tais famílias à migração para fora da cidade. Em termos metodológicos, essa articulação entre o formato da população e das famílias na cidade com as migrações para a fronteira agrária (era disso que se tratava, a partir da elevação da eclusa, para preservar a metáfora) passaria a interferir em trabalhos que tive a chance de realizar posteriormente. Esse tipo de processo testemunhava a centralidade da fronteira para a reiteração da desigualdade e do predomínio mercantil.

Sobretudo, esses estudos reforçaram um elemento que faria questão de preservar em meus esforços a partir de então. Esse elemento está ligado à maneira como concebo a mobilidade social no Brasil antigo: eram os processos de inclusão subordinada que abriam rotas de mobilidade ascendente para negros livres, escravos, libertos e indígenas.

Hierarquia e movimento, sem contradição

No Departamento de História e, um pouco mais tarde, no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, atuei especialmente nas áreas relacionadas à História da América Colonial e à História do Brasil Colonial e do século XIX. Quanto a tais áreas, até mesmo proponentes da radical liberação de energias societárias e “de mercado” como Acemoglu e associados reconhecem ser a desigualdade um elemento fundante, dando origem a formas torpes e desbragadas de “extração” autoritária e hierárquica. Assim, minhas aulas e orientações incentivaram a continuidade do interesse de pesquisa em fenômenos ligados ao autoritarismo, ao corporativismo, à escravidão, ao modo de vida dos pobres, às possibilidades e limites da mobilidade social e aos choques identitários em ordens nas quais se atribuía a cada camada um perfil étnico.

Ainda durante o doutoramento, escrevi três artigos sobre temas a ele relacionados, os quais foram publicados simultaneamente à sua realização ou então logo depois da defesa. Em um deles, a ideia da aldeia camponesa gigante foi aplicada aos artífices da cidade do Rio (“Escravidão e famílias livres: o caso dos artesãos da cidade do Rio de Janeiro, 1797-1845”). Em dois outros, e tendo em vista os libertos cariocas, abordei a reiteração da hierarquia social por intermédio dos casamentos (isto é, da formação de famílias e fogos), ao lado da abertura para fenômenos de mobilidade em meio à sociedade hierárquica (“Entre duas estratégias patriarcais: casamentos de libertos na cidade do Rio de Janeiro [1803-1834]” e “Freyre, os domicílios e os libertos na cidade do Rio de Janeiro [1799-1834]”, publicados, respectivamente, em 1997 e 1998).

Esses temas – especialmente a condição dos libertos na ordem escravista – caminhavam para a definição de algumas questões que apontariam para tarefas assumidas posteriormente. No estudo sobre casamentos de forros, duas situações foram passíveis de verificação com muita segurança, enquanto de uma terceira situação só se encontraram indícios frágeis (e realmente não seria possível encontrar indicações de outra natureza). Explico-me: verificou-se que a situação mais frequente era a de casamentos endogâmicos (as categorias usadas foram as seguintes: livres – casados com forros ou forras –, mulatos e mulatas forras, crioulos ou crioulas

forras, pretos e pretas forras e escravos ou escravas casados com gente livre ou liberta); mas, entre as uniões que escapavam a esse padrão endogâmico, as que envolviam mulheres ascendentes eram muito mais frequentes que as marcadas pela presença de homens ascendentes (a participação das primeiras foi mais que o dobro das segundas); essas foram as mais seguras, atestando a primeira a hierarquização brutal da sociedade, ao passo que a segunda aponta para o conhecido efeito-cascata da combinação da chegada de colonos e migrantes portugueses de esmagadora maioria masculina, pressionando a disponibilidade de mulheres pelo alto e fazendo com que cada grupo escalonado de homens avançasse sobre moças do degrau inferior na escala social e assim por diante. Ela indica novamente a presença de mecanismos de mobilidade social aptos a reiterar a natureza hierárquica do conjunto. A terceira constatação, mais fluida, como não poderia deixar de ser, introduziu em meu raciocínio um outro elemento: quando alguém que vivia em cativeiro se unia a alguém que vivia em liberdade, essa possibilidade se abria com frequência muitíssimo maior para escravos que para escravas. Em outros termos, as uniões desiguais quase sempre se associavam a mulheres ascendentes; a situação se invertia e homens eram os mais móveis para cima quando se tratasse de escravos. Isso foi tratado no artigo (e na tese de Doutorado) como segmentação do “mercado matrimonial”, ou seja, como indício da vigência de relativa pluralidade de normas e de significados a interferirem na formação de famílias. Ao lado da brutal hierarquização social, norma das normas, havia práticas, estratégias e padrões de comportamento enraizados em razões étnicas e comunitárias (era isso que interferia nas uniões envolvendo escravos). Essas conclusões foram reforçadas em artigo publicado no ano 2000 na revista *Afro-Ásia*, de Salvador (“Além da hierarquia: famílias negras e casamento em duas freguesias do Rio de Janeiro [1765-1844]”), onde, além de submeter essas questões a novas maneiras de fuçar um material (como sempre) hostil, acrescentei questionamentos comparativos, observando uma outra paróquia do Rio de Janeiro colonial, a de São Francisco Xavier do Engenho Velho.

Ainda em 1998, reavaliei o tema da escravidão urbana no Rio de Janeiro em texto incluído em coletânea publicada pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (*Escravidão: ofícios e liberdade*). Ali abordei o cativeiro na

cidade do Rio no final do século XVIII e início do seguinte, chamando a atenção para a combinação de atividades, o que torna problemática a ideia, frequente na historiografia, de ter havido ocupações escravos urbanas que expunham os que as exerciam a uma vivência muito intensa nas ruas, nos contatos, na acumulação de pecúlios e na mobilidade social. Em verdade, era muito comum a combinação de atividades executadas fora das casas e os afazeres da escravidão doméstica. O resultado era muito confinamento – dos artífices nas oficinas, dos escravos ao ganho em pelo menos uma boa parte de seus dias de trabalho. É verdade que isso se combinava com rendimentos altos, mas, além de não ter sido muito frequente que esses rendimentos parassem nas mãos de quem os pudesse transformar em alforria e mobilidade social, essa rentabilidade não deve conduzir a uma imagem de santuário do livre rebolado. Considero muito difícil defender que a cidade do Rio de Janeiro já tenha sido algum tipo de terra da promessa. Essas questões foram retomadas em trabalho publicado em 2002 em coletânea organizada em conjunto com Ana Maria da Silva Moura (“Efetivo cativo: sobre a escravidão urbana e o artesanato escravista na América Portuguesa [c. 1700-c. 1850]”. In: *Rio de Janeiro: tempo, espaço e trabalho*).

A combinação entre a afirmação contextualizada – e não originária – de um perfil comunitário e a inserção em uma hierarquia crioula (isto é, estabelecida pelas condições intrínsecas à sociedade colonial e do princípio do século XIX) voltou a aparecer em artigo que publiquei em 1999 sobre tema diferente, qual seja o das irmandades negras no Brasil colonial e do século XIX. O grosso desse trabalho consistiu em revisão bibliográfica a respeito da difundida prática de formação de irmandades leigas congregando cativos e libertos na América Portuguesa (e nas Américas ibéricas, de modo geral). As intenções de síntese e comparação embutidas no trabalho levaram a priorizar a bibliografia, mas também foi manejada documentação a fim de elaborar um ponto de vista, qual seja o de que a reivindicação de identificação étnica no âmbito das confrarias obedecia menos a automatismos e a uma espécie de herança imperativa e mais ao estabelecimento de uma espécie de moeda de barganha para a negociação da convivência e da cooperação, imperando os efeitos de desenraizamento do cativo (Meillassoux, Patterson), ao lado da natureza hierárquica da sociedade.

No ano seguinte dei a público outro desdobramento da tese de Doutorado, sob a forma de um artigo publicado em revista gaúcha a respeito de migrações para o Rio de Janeiro, especialmente de açorianos, mas também de portugueses continentais (“Sobre migrações para a América Portuguesa: o caso do Rio de Janeiro, com especial referência aos açorianos [1786-1844]”, na revista *Estudos Ibero-Americanos*). A imagem que vinha me interessando de uma cidade (e da sociedade mais ampla) que preservava uma estrutura extremamente desigual e rígida em face de uma multidão relativamente importante de pessoas móveis geograficamente foi o que me motivou a atentar para isso. Além desse artigo, a revista *Estudos Econômicos*, da FIFE e da FEA/USP, publicou um estudo de minha autoria sobre os escravos artesãos na cidade do Rio de Janeiro (“Escravos artesãos: preços e família [1789-1839]”). As discussões que havia proposto na dissertação de Mestrado e na tese de Doutorado conduziram a que eu reavaliasse a conhecida imputação de grande mobilidade – tanto no sentido físico, quanto no social – dos escravos urbanos brasileiros. Ao invés dela, o que percebi, examinando preços e acesso à formação de laços familiares, foi a altíssima rentabilidade do artesanato escravista – o que pode ser observado pelos preços desses cativos, formados segundo o modelo de renda, isto é, capitalizando a expectativa do rendimento futuro de seu trabalho –, associada a padrões de trabalho confinado em oficinas. Percebi também, levando em conta achados anteriores de Manolo Florentino, que a estrutura da população cativa urbana era bem menos favorável que a rural à constituição de fortes laços comunitários. A enorme presença proporcional de africanos na cidade conduzia a uma população marcadamente masculina, instável – por sua relação com as flutuações do mercado – e carente, em termos comparativos, de crianças. Hierarquia e mercado continuavam, por assim dizer, a falar mais alto em termos analíticos que a etnicidade ou as interações no ambiente urbano.

A criouliização

Durante os dois anos subsequentes dediquei-me ao problema das irmandades negras que havia abordado em artigo de 1999. Essa análise pôde contar com extensa bibliografia, bem como com um repertório extremamente grande de fontes primárias impressas e manuscritas, pois, dentre as diversas

formas de organização das comunidades escravas e da vida dos libertos e negros livres, as irmandades consistiram certamente no tipo mais loquaz, no sentido de ter permitido a produção de enorme documentação escrita, mesmo tendo sido a menos combativa, do ponto de vista do enfrentamento à ordem escravista. Um dos pontos centrais dessa discussão relaciona-se à percepção de que as confrarias constituíram uma espécie de catraca para a entrada na negociação do processo de inclusão na ordem hierárquica brasileira.

Em 2002, publiquei, juntamente com Ana Maria da Silva Moura, um livro (*Devoção e incorporação. Igreja, escravos e índios na América Portuguesa*) contendo dois estudos, sendo um, dela, a respeito de indígenas coloniais no Rio de Janeiro e outro de minha autoria, sobre irmandades negras (“Escravos da senhora do Rosário: irmandades negras na América Portuguesa”). Neste, parto de uma organização da historiografia das confrarias negras, começando pelas percepções dos contemporâneos. Notei, de Antonil aos ilustrados, uma percepção das confrarias como concessão apaziguadora. Outra percepção, simultânea à anterior, aponta nas irmandades algo como um espírito de emulação, percebendo-se, inclusive, o risco de que algum dos grupos assim organizados passasse a ver-se como “eleito”, radicalizando um processo de identificação. Assim, os coevos podiam ver nas irmandades tanto a consolação quanto, diversamente, um lugar de *ação*, de *movimentação*. Essa segunda percepção perduraria até o início do século XIX, quando Saint-Hilaire, muito impressionado com os templos construídos pelas confrarias, escreveu sobre “ vaidade”.

Consolo e movimentação de alguma forma permaneceram como modelos preponderantes e alternativos na historiografia do século XX acerca desse tipo de instituição. A versão a enfatizar a movimentação desembocou na obra de João José Reis, que deu o passo decisivo de realizar uma leitura política dessas organizações, quando fez uso da expressão “alianças” para fazer referência aos subgrupos quase sempre reunidos no interior das confrarias. O uso dessa expressão indica não só a virada política aludida como também conduz a relativizar a dimensão identitária que, com frequência, os confrades tratavam como um elemento de exclusivismo. Essa ideia, assim como a compreendi, percorreu as mais de 250 páginas do estudo. Ficava implicada uma grande complexidade nos arranjos e nas práticas associadas à

sua formação e manutenção. Defendi que essa complexidade rebatia aquela implícita na própria escravidão, que impactava aqueles a ela sujeitos com o desenraizamento e o isolamento (Joseph Miller), com a estraneidade (Meillassoux) ou com a morte social (Patterson).

Na sequência, abordei um aspecto que me pareceu importante na experiência confrarial e que me soou, então como ainda hoje, como algo muito afinado ao uso de identidades (africanas, por exemplo, ou então articuladas à cor parda ou preta) como moeda de barganha. Esse aspecto é o de que, em geral, tais organizações eram em geral bem mais dispersas e onipresentes que concentradas ou expansivas. Apareciam em um número surpreendentemente grande de vilas coloniais e do início do século XIX, por menores que fossem. Pouquíssimas pessoas reuniam-se, articulavam-se ao pároco local, organizavam-se ao redor de imagens de Maria ou de santos negros, estabeleciam um foco em altares laterais, até que capelas específicas das confrarias fossem, final e dolorosamente, construídas. Atravessava todo esse percurso a prática do acompanhamento de enterros de confrades, foco do auxílio mútuo envolvido.

Em seguida, abordei as múltiplas dimensões temporais das irmandades negras. Basicamente, enfrentei, de modo sintético, problemas de datação e questões relacionadas à temporalidade intrínseca a tais comunidades, sobretudo quando escravas. Quanto à datação, tratei de suas origens, mais que europeias, ligadas às experiências evangelizadoras de indígenas (em aldeamentos) desde o século XVI nas Américas. Apesar dessas origens longínquas no tempo, o século XVIII foi um momento forte de sua expansão. Em reação ao problema da temporalidade intrínseca às comunidades envolvidas, revisei a historiografia da família escrava e da tessitura de laços horizontais entre cativos, o que resultou em hipóteses produtivas para a análise de alguns casos.

Em um segundo capítulo, abordei uma espécie de trajeto típico das confrarias. Elas partiam de um discurso inicial muito duro de identificação étnica, frequentemente segundo as linhas das grandes regiões de embarque no continente africano (o que já era uma espécie de superação de particularismos). Isso se manifestava, às vezes, na reivindicação de uma identidade angolana. Essa artificial unidade angolana – e aproximei-me, quanto

a isso, embora o passo não tenha podido ser decisivo, da hipótese de Thornton de uma dimensão atlântica supraétnica condensada no catolicismo da África Centro-Occidental – não podia passar nem perto, como superação do étnico, da enorme capacidade de estabelecer alianças (no dizer de João José Reis) interétnicas que a experiência das irmandades podia obrigar a fazer. Elas tendiam, apesar de inicialmente exclusivistas, para uma composição bem mais plural. Além disso, há o modelo de Barth sobre a etnicidade, apontando para o fato de a formação e a manutenção de grupos serem frequentemente o vetor da fundação de pertencimentos étnicos, e não o contrário. Não menos importante pareceu-me um clássico (e trágico) dilema de desenraizamento vivenciado por africanos nas Américas. O centrismo exclusivista em pertencimentos originários excluiria seus filhos nascidos no Brasil. No capítulo seguinte mostrei que, em diversos casos, irmandade e família, no tocante a escravos, caminhavam em paralelo. Mas a possibilidade aludida significaria uma muito improvável oposição entre ambas as instituições. Essa oscilação entre separar-se e reunir-se – com marchas e contramarchas – ganhava uma condensação importante na devoção mariana e na simbólica do rosário. Historiadores detectaram epifanias e, assim, momentos de derivação escatológica e identitária em algumas confrarias do Rosário. Mas detectaram, igualmente, e de modo mais frequente, o caráter *agregador* da devoção.

O capítulo subsequente contém a análise de um caso, o da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Curitiba entre 1765 e 1820. O repositório fundamental de informações é o registro de óbitos, e por intermédio dele foi possível perceber a pluralidade de condições e inserções étnicas dos confrades, convivendo (e morrendo) em seu interior escravizados, indígenas administrados (no século XVIII) e negros e negras livres. O grupo com maior propensão a conter confrades era o ínfimo contingente local de libertos. Cerca de metade dos da paróquia era composta de confrades. Busquei também indicações a respeito das ligações entre pertinência de escravos à irmandade, de um lado, e família e vizinhança, de outro. Cruzamentos de fontes (óbitos e recenseamentos) levaram à conclusão de que os cativos ligados à irmandade não provinham nem do ambiente de desagregação das pequenas escravarias, nem do mundo dos laços familiares mais cerrados das grandes. Assim, pertencer à confraria e possuir laços familiares não eram fenômenos próximos

ou conectados. A vizinhança, por outro lado, parece ter estado associada à propensão à convivência também dentro da confraria. Por fim, retomei a discussão sobre as questões processuais da escravidão e percebi que a propensão a que uma determinada escravaria originasse irmãos estava articulada à presença de velhos no interior da mesma. O tempo da comunidade intervinha com força, apontando para o difícil aprofundamento dos laços comunitários em meio ao desenraizamento próprio do cativo.

O capítulo final aborda a dimensão política da presença das irmandades. Examinei sua capacidade de negociar a inserção no tecido social assumindo tarefas na preservação da ordem, o que podia incluir a participação no rechaço a invasores não portugueses (caso do Rio de Janeiro, em 1710). Abordei, igualmente, a formação dentro das confrarias do que Russell-Wood denominou oligarquias. Dei atenção à vigência de uma tônica de consentimento senhorial para o funcionamento dessas instituições negras. Essa lógica de “quietação” (como então se dizia), isto é, de abrir mão do confronto em relação à ordem escravista foi interpretada por mim como um indicador importante de que de modo algum se poderia imputar a essas instituições um caráter instrumental. Em outros termos, reunir-se era um valor em si mesmo. E só. Simples assim. Essa prática precisava contornar de modo sistemático o a princípio incontornável conflito com a ordem escravista. Só assim se compreende o tanto que cativos conseguiam retirar de dentro de suas próprias privações para investir em uma monumentalidade corporativa que também foi estudada.

Publiquei igualmente (na revista *Conexões*, da Unicamp), no tocante a irmandades negras, uma reflexão sobre a rentabilidade analítica do uso, para pensá-las, dos modelos centrados nas relações entre *outsiders* e estabelecidos (Norbert Elias), instituindo tais relações hierárquias no interior de grupos aparentemente homogêneos (“Um *stablishment* escravo? A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Curitiba [1793-1801]”, 2003, <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8640809>>).

Uma nova mensagem vinda do contexto e o século XIX

Durante os primeiros anos da década de 2000, o contexto social passou a fornecer um tipo diferente de mensagem para minha atividade acadêmica.

Passei a dar maior atenção a processos políticos, especialmente às possibilidades e travejamentos implícitos na vigência do contratualismo e da democracia, assim como à dolorosa construção desse tipo de arranjo. Abordava – de fato, já o fazia antes disso – a preservação de elementos aristocráticos na ordem brasileira (e latino-americana), elementos esses articulados à herança do jurisdicionalismo, da polissinodia e do pluralismo normativo do Antigo Regime (Hespanha), com sua (aristocrática) tônica de monarquia temperada. Se, em parte, essa orientação derivava de leituras da obra de Richard Morse realizadas durante a pós-graduação, aos poucos um aspecto mais preciso dessa obra viria a ganhar espaço: Morse pensava – acompanhando Antonio Candido – na preservação manemolente não exatamente da segunda escolástica, mas, antes, de um tipo de reformismo ilustrado que já fora capaz de ajustar contas com o seu próprio passado tomista. Leituras relacionadas à escravidão também indicaram esse caminho, pois, enquanto muitos profissionais de qualidade começavam a discutir hipóteses a respeito da segunda escravidão, via-me motivado pela leitura de obras como as de Joaquim Nabuco, José Murilo de Carvalho ou Seymour Drescher a indagar a respeito da tensão entre a preservação do cativo e a consolidação estatal nas difíceis condições do século XIX. O leque de questões que me interessavam começou a se ampliar igualmente em virtude de ter alterado minha relação com a pesquisa e a extensão ao me tornar tutor do PET-História da Universidade Federal do Paraná, posição em que permaneci de 2000 a 2004.

Depois disso começaram a aparecer alguns trabalhos sobre o Paraná. Meu interesse pelas condições paranaenses foi despertado por questões que abordei na tese de Doutorado já referida. Investigando desdobramentos da mesma, publiquei em 2002 na revista *Locus*, de Juiz de Fora, um estudo recolhendo indícios acerca da propensão de libertos e negros e pardos livres da cidade do Rio de Janeiro a migrarem para o agro, circundante ou distante (“Pequena diáspora: migrações de libertos e de livres de cor [Rio de Janeiro, 1765-1844]”). Ela era grande. Parti de discussão de Alden sobre a população ao redor de 1810, segundo a qual, em áreas de antiga ocupação escravista, como o Rio de Janeiro, haveria, por volta de 1810, quase três escravos para cada descendente livre ou liberto de escravos, ao passo que em áreas de mais

recente ocupação pela escravidão africana, como São Paulo ou Rio Grande do Sul, a população de negros e pardos livres ou libertos era significativamente maior que a escrava. Parece claro que havia forte movimento migratório dos grandes centros escravistas para a fronteira agrária. Rastrear os efeitos disso nos casamentos envolvendo negros e pardos nascidos em cativeiro (isto é, libertos) e em liberdade (os descendentes daqueles) deu resultados interessantes. Intervinha no processo a tendência dos que se afastassem do cativeiro à busca do estabelecimento autônomo, mesmo que com o custo de péssimas condições de vida. Isso se associava a sua concepção de liberdade, conforme sabemos desde a publicação do *Nada além da liberdade*, de Foner. Mas intervenha igualmente nisso a maneira como a própria sociedade escravista funcionava. Noçava-se nela o predomínio de um capital mercantil que lograva submeter a si a pequena produção autônoma, de modo que esse campesinato reconstituído, nos termos de Sidney Mintz, ou esse campo negro, nos de Flávio Gomes, consistia em uma das formas geradas pela hierarquia social e pela desigualdade, como vinha insistindo desde o Mestrado através do uso da expressão *inclusão subordinada*. Passava dos livres pobres da cidade para os rurais.

Resultou igualmente de desdobramentos da tese de Doutorado uma discussão sobre violência na sociedade escravista brasileira. Ao estudar a cidade do Rio de Janeiro, notei a difusão pelo corpo social (muito ibérica, por sinal) de um sentido aristocrático (afinal, o título da tese é “Pequenos patriarcas”). Dando continuidade a isso, publiquei na *Revista de Sociologia e Política*, da UFPR, em 2002, um artigo sobre a instrumentalização da violência escrava (“Escravos de peleja: a instrumentalização da violência escrava na América portuguesa [1580-1850]”). Nele, defendendo que, ao lado da tradição de apontar o inegável fenômeno da exclusão de subalternos e escravos através da imposição a eles da violência vinda de cima, é preciso por acento na possibilidade de inclusão dos mesmos cativos mediante o agenciamento de seu envolvimento no uso da força. Em outras palavras, a capacidade dessa ordem para legitimar a violência era tamanha que se tornava possível até mesmo instrumentalizar qualquer propensão ao uso da força por parte das principais vítimas dessa mesma ordem. Julgo, ali, que a concepção segundo a qual a violência é um recurso apenas para a exclusão comporta uma visão

idealizada, ingênua e adocicada da ordem brasileira. Isso porque, segundo esse ponto de vista, a violência seria uma espécie de porta de saída da vida social. Em lugar disso, indago-me sobre a possibilidade de que o uso da força fosse uma porta de entrada na vida social, resultasse isso do viés aristocrático da mesma ordem, viesse isso da escravidão. Mobilizei algumas ideias presentes quanto ao ponto em trabalhos clássicos como os de Maria Sylvia de Carvalho Franco, Silvia Lara e Maria Helena Machado. Atravessei para tal uma boa coleção de fontes impressas e manuscritas apontando que a instrumentalização senhorial da capacidade de escravos para matar não só permaneceu durante os séculos XVI, XVII e parte do XVIII, como também foi passível de ser incorporada à execução de tarefas estatais, como o confronto com indígenas, quilombolas, corsários e soldados de outras potências (por que, afinal, escravos se solidarizariam com os inimigos de seus senhores se esses inimigos eram, também eles, escravistas? Os inimigos de seus inimigos não eram, definitivamente, seus amigos). Durante boa parte do Setecentos, essa mobilização da violência escrava para tarefas estatais e escravistas passou por decréscimo de importância, mas – e isso é fundamental – permaneceu bem assentada no mundo societário.

Além da virada setecentista mencionada (o Estado sai da mobilização da violência escrava, o mundo senhorial fica), outras formas de periodização foram abordadas no trabalho. No final do século XVI, defendia-se a mobilização de escravos apenas se estivesse atendida uma condição: isso só era possível em situações de grande consolidação senhorial. Na centúria seguinte, a defesa disso, ou mesmo a prática, passava a aparecer em situações marginais, fronteiriças, embora tenha prosseguido em circunstâncias mais centrais (o Rio de Janeiro de 1710-1711, por exemplo).

Em 2002, como afirmado, passei a dar atenção a esses migrantes negros e pardos, adotando como ponto de vista a observação de um de seus lugares de destino. Isso transpareceu em dois estudos, o primeiro desse mesmo ano (“Sertanejos e pessoas republicanas: livres de cor em Castro e Guaratuba [1801-1835]”) e o segundo de 2005 (“Roças de libertos e seus descendentes nas partes meridionais da América Portuguesa [Castro, 1804-1835]”), tendo ambos sido publicados no Rio de Janeiro (o primeiro em *Estudos afro-asiáticos* e o segundo na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*

Brasileiro). No texto de 2002, parti de resultados recentes no sentido de que a economia brasileira no período colonial tardio – que, como se sabe, costuma ser estendido por historiadores até os anos 1830 – fosse exclusivamente extrovertida. Ao invés disso, ela comportava um sólido e expansivo – mesmo que empobrecido na maior parte dos casos – setor de abastecimento. Parti igualmente das considerações que vinham sendo feitas havia tempos a respeito dos homens e mulheres livres e pobres no Brasil escravista. Desde o Mestrado e o Doutorado, vinha indicando a necessidade de superar um viés embutido em conceitos presentes em diversas análises – mais nos conceitos que nas próprias análises, terminando estas por ser tocadas por grande sutileza e sensibilidade – sobre a pobreza colonial e do século XIX, sendo este o caso das noções de *marginalização* (Maria Sylvia de Carvalho Franco) e de *desclassificação* (Laura de Mello e Souza). Em seu lugar, propus o termo *inclusão subordinada*, tendo a opção por tal expressão decorrido da leitura dos trabalhos de Hebe Mattos. Acresce ter chamado minha atenção a posição do Paraná, no século XIX, como fronteira agrária relativamente aberta, não obstante a presença de propriedades muito grandes, conforme foi demonstrado por Horacio Gutiérrez. Afinal, a densidade demográfica paranaense era de 2 habitantes a cada dez quilômetros quadrados em 1822 (é realmente inconveniente fazer o cálculo normal, de habitantes por quilômetro quadrado, pois ele resultaria em frações de pessoa) e de seis a cada 10 km² em 1872. No primeiro desses anos, a população paranaense alcançava apenas pouco mais de 30 mil pessoas. Nela, os escravos constituíam 18% do total, segundo Altiva Pilatti Balhana, e essa participação de modo nenhum era desprezível para padrões brasileiros. Se somados aos cativos os pardos e pretos livres e libertos, chegava-se a quase metade da população. Havia um paraná negro a ser estudado, e para isso pareceu-me indispensável refletir sobre um Paraná de migrantes negros. A parcela livre e liberta dos que não eram brancos ultrapassava largamente a escravizada, de modo que a primeira não pode ser considerada descendente da segunda, pois a escravização de afrodescendentes era recente nessa época – resulta a percepção segura de que essas partes meridionais da antiga capitania e depois província de São Paulo era ocupada também por migrantes negros e pardos, descendentes de

escravos, sim, mas de cativos que labutavam em outras partes da colônia ou do Império.

Os casos específicos estudados e comparados foram os de Castro e Guaratuba, sendo a primeira uma localidade tropeira bem demarcada, ao passo que a segunda se estruturava como uma vila caiçara, segundo a ótica de Maria Luiza Marcílio. Na parte tropeira, via-se um enorme contingente de negros e pardos livres compondo uma parcela reduzida da população. Em Guaratuba, diversamente, o que se notava era um rarefeito grupo de descendentes livres de escravos compondo a esmagadora maioria da também diminuta população. É desnecessário dizer que o cativeiro tinha raízes muito mais profundas no mundo iapoense que no guaratubano. Entre c. 1780 e c. 1830, as populações livre e escrava de Guaratuba, assim como a livre de Castro tinham sido multiplicadas por algo em torno de cinco, ao passo que o contingente cativo iapoense multiplicou-se por oito. Além de ficar clara a maior ligação de Castro com o mercado interno, não pode passar despercebido o fato de a população cativa de um lugar tão marginal quanto Guaratuba ter podido crescer no período colonial tardio. Isso constitui uma lição sobre a ligação brasileira com o cativeiro: ela era tão profunda que até em uma vila caiçara podia notar-se um aprofundamento escravista em resposta aos avanços setecentistas verificados no mundo Atlântico.

A participação de descendentes livres de escravos em situação de autonomia também diferenciava os dois lugares: pessoas que não fossem brancas chefiavam algo em torno de um quinto dos domicílios na área tropeira, proporção que nesse litoral relativamente marginal alcançava bem mais que dois terços. Guaratuba era, basicamente, uma vila de negros livres, boa parte dos quais migrantes segundo um processo que, por injunções pombalinas, se queria proveniente de Paranaguá, mas que mobilizou de fato negros e pardos provenientes de uma localidade mais ao sul, São Francisco do Sul, em Santa Catarina. Tratava-se, basicamente, de um povoado de negros livres, mas com uma espécie de apêndice constituído por uma ínfima elite branca dominando seus escravos.

Os dados indicaram que Guaratuba era mais receptiva que Castro ao estabelecimento autônomo desses descendentes livres de escravos, pois uma parcela maior deles chefiava domicílios. Castro, por outro lado, mesmo que

condenasse mais deles a viverem heteronomamente, em condições mais parecidas à de agregados, permitia maior mobilidade, pois eram mais encontradiços os descendentes de cativos que possuíam escravos. Coisa parecida ocorria no movediço terreno das atribuições de cor, ou seja, no manejo socialmente motivado das categorias raciais. O autônomo campesinato guaratubano era, de um modo plano, visto como pardo (e os escravos eram em geral vistos como negros, o que provavelmente independia de fenótipos). Em Castro, imperavam as atribuições diferenciadas. Acumulação e acesso ao mercado permitiam maior mobilidade social; o crescimento de alguma forma “vazava”. Mas ao fazê-lo, diferenciavam socialmente as pessoas, inclusive os pobres, com ganhadores e perdedores.

O estudo de 2005, articulado ao anterior, enfocou novamente a vila de Castro e partiu de uma discussão a respeito da conceituação a utilizar-se quanto à posição social dos descendentes livres e libertos de escravos, pondo lado a lado as propostas de Spitzer, de se trabalhar com a noção de *marginalização*, e de Blackburn, mais afeito ao manejo da expressão *instrumentalização*. Uma primeira maneira de lidar com isso foi a utilização de uma ferramenta elaborada desse tipo de estudo, ferramenta essa centrada no manejo de apenas um recenseamento manuscrito. Ela distribui homens brancos e não brancos por faixas etárias e pelas posições possíveis em relação aos domicílios (chefes com escravos, chefes sem escravos, filhos residentes com seus pais e agregados – parentes ou não). Procedeu-se dessa forma em relação à vila de Castro em 1835. Antes dos dez anos de idade, meninos negros eram mais propensos que os brancos a se posicionarem como agregados, indicando alguma forma de circulação de crianças. Isso se mantinha entre os dez e os dezenove anos. Mantinha-se em verdade por toda a vida, no entanto a participação dos agregados no interior de cada grupo etário caía vertiginosamente. Isso significa que a condição de co-residente não nuclear era mais negra que branca, mas também implica o fato de a agregação ser um fenômeno muito próprio do início da vida, ou seja, da infância e das idades púberes. Assim, era algo mais próprio da circulação de crianças, do auxílio mútuo e de práticas de família extensa que de um modelo de patronagem (política ou econômica). Além disso, a saída de homens jovens dos fogos paternos ou maternos era tão rápida entre os negros e pardos

quanto entre os brancos (em alguns lugares onde apliquei o mesmo método, o que se pôde notar é que a saída dos descendentes livres de escravos era ainda mais rápida que a dos brancos).

Em seguida, no mesmo trabalho, examinei alguns casos de descendentes livres e libertos de escravos, vários deles migrantes (de locais como Paranapanema, Apiaí ou Minas Gerais) que passaram ao menos duas décadas chefiando fogos em Castro entre 1804 e 1835. Acompanhei-os em sucessivos recenseamentos, observando a composição e as características de seus fogos. A janela de mobilidade que lhes esteve acessível era estreita, instável e cíclica, no sentido de que terminavam a vida mais ou menos como a haviam começado. Apesar da relativa singeleza da estrutura das atividades econômicas na vila estudada, as mudanças de ocupação mostravam um padrão relativamente visível (e com isso tornava a encontrar um fenômeno que vinha observando desde meus trabalhos sobre o Rio de Janeiro em diversas formas de pobreza, especialmente de pobreza móvel socialmente). Notei um trânsito partindo do “planta para seu sustento”, passando pelo envolvimento no negócio de tropas e culminando, segundo a classificação dos recenseadores, na dedicação à “lavoura”; em alguns casos, de muito sucesso, ocorria a passagem pela criação de gado de pequenas dimensões. Isso constituía uma espécie de ciclo, um ciclo vital articulado á movimentação do tamanho e da composição dos fogos.

Esse mesmo tema, articulando descendentes livres de escravos e história rural, apareceu em dois textos inseridos em coletâneas, uma publicada em Vassouras e a outra em Goiânia (“Vida social e hierarquia em duas vilas do Paraná no primeiro terço do século XIX”, de 2004, e “Hierarquia social, incorporação e estratégias de reprodução no Sul [Paraná, 1730-1835]”, de 2005). Nos dois estudos, usando uma estratégia de investigação em cada um, comparei os efeitos do crescimento econômico e da consolidação agrária e senhorial em localidades paranaenses onde estudei a presença de descendentes livres de escravos – Castro e Guaratuba. Na segunda, a colossal pobreza prevalecente conduzia a uma modestíssima elite escravista baseada na agricultura acoplada a uma extensa e plana camada camponesa (que também pescava, seguindo uma espécie de roteiro caiçara, de acordo com Maria Luíza Marcilio) muito composta por negros e pardos livres migrantes. Na

primeira (Castro), o impacto do tropeirismo, da pecuária e da atividade mercantil conduzia a uma estratificação social muito mais complexa, com elites tropeiras e mercantis multiplicando posições sociais que abriam oportunidades de mobilidade ascendente para pobres e até para negros e pardos livres (alguns tornavam-se senhores de pequenos plantéis), mas também posições abaixo do limiar da autonomia implícita no “viver sobre si” (encabeçar domicílios). Em poucas palavras, o crescimento multiplicava posições acima, mas também abaixo da condição camponesa. Os agregados que se multiplicavam em Castro mantinham relação de nítida assimetria em relação aos que encabeçavam os fogos onde viviam. Os agregados de Guaratuba eram normalmente parentes dos cabeças. Vê-se pela comparação uma espécie de destino do *campesinato reconstituído* (Mintz), ou do que Flavio Gomes denomina *campo negro*: ao usar os difíceis registros de produção agrícola nos domicílios presentes em listas nominativas, notei que a produção de farinha entre pobres era nitidamente maior em Castro que em Guaratuba (e não se deve esquecer de que se tratava de farinhas diferentes, com o milho do planalto e a mandioca do litoral); vivia-se melhor em Castro, mas a custo de maiores riscos de perda da autonomia; vivia-se pior em Guaratuba, mas em segura situação de autonomia.

A sociedade em carne viva

No intervalo entre 2002 e 2005, quando estudava descendentes livres de escravos, inseri em uma coletânea publicada no Rio de Janeiro (em 2003) um trabalho discutindo os temas da mestiçagem e do hibridismo nas Américas. O extenso trabalho sobre irmandades negras publicado anteriormente conduziu meu raciocínio para essa faceta da hierarquia inclusiva brasileira ligada a etnicidade e mestiçagem. A temática também se articulava ao problema dos trajetos de negros e pardos livres e libertos. A ideia central é a de que miscigenação e hibridação cultural podem ser entendidos, na história das Américas coloniais, como mecanismos de inversão e segmentação articulados à reiteração de uma ordem hierárquica. Tendo isso em mente, distribuí as diversas abordagens presentes na historiografia em quatro posições possíveis, arranjadas ao redor do cruzamento de dois eixos. Um desses eixos é o que se estende da posição de que a mestiçagem não produz grupos sociais até aquela

de que ela era marcada pelo que chamei de “eficácia social”, apontando exatamente para sua capacidade de instituir grupos novos. Outro desses eixos vai da ideia de que a mestiçagem e o hibridismo se associam a fenômenos disruptivos quanto à ordem social até a noção de que os mundos misturados sustentam tal ordem. O estudo inclui uma discussão sobre concepções vigentes a partir do século XVII no sentido de que a conversão religiosa e a imposição da ordem social eram pensadas e praticadas em função de esquemas que valorizavam os degraus de conversão ou de quietação, fixando características e expectativas dos que atingissem tais degraus, o que representava uma espécie de institucionalização das formas e posições mistas. Ao lado disso, foram observados casos de hibridismos simétricos, especialmente aproximando indígenas e afrodescendentes, com ênfase em situações nas quais tais tipos de hibridação faziam parte de estratégias de controle. Percorreu o conjunto do texto a atenção ao manejo por assim dizer mestiçador das categorias e das formas de percepção dos dados étnicos, sempre com finalidades políticas. Esse assunto voltaria a ser abordado por mim, e repetidamente, em momentos posteriores.

Como os projetos se sobrepuseram, posto que seus resultados se reforçavam reciprocamente, publiquei, também entre os dois estudos sobre negros e pardos livres e libertos, na revista *Afro-Ásia*, de Salvador, em coautoria com Katia Mello, um artigo sobre a escravidão em Curitiba e Castro (“A distante voz do dono: a família escrava em fazendas de absenteístas de Curitiba [1797] e Castro [1835]”, 2004). Nele, reunimos informações empíricas derivadas dos estudos feitos por ela, quanto a Castro, e por mim, em relação a Castro e Curitiba. Nosso objetivo foi o de observar um tipo peculiar de fazenda escravista, próprio de diversas áreas dedicadas à pecuária, tipo esse constituído por unidades nas quais, ao lado de uma comunidade escrava com capatazes também cativos, ninguém mencionasse a presença de livres como residentes, fossem eles os proprietários, fossem prepostos livres dos mesmos. Elas eram relativamente comuns no Paraná, e não se resumiam às unidades pertencentes a ordens religiosas – no caso paranaense, os carmelitas de Santos, que as obtiveram a partir de doações de famílias residentes no local (ainda não se conhecem as práticas ligadas ao andamento das fazendas jesuíticas, pois a expulsão da Companhia ocorreu antes do início da feitura das

listas de habitantes paulistas). Tais fazendas podiam consistir em vínculos, ou então pertencer a particulares que viviam fora delas. Nossa percepção girou em torno do fato de que o liame a sustentar o funcionamento do conjunto era constituído pela operação de famílias extensas escravas, frequentemente chefiadas por cativo que também se posicionava como capataz. A discussão ali realizada articulou-se a preocupações a respeito da inclusão subordinada e da proliferação de comunidades dentro das quais incidiam relações de autoridade, o que se coadunava com o caráter corporativo da vida social. Tais preocupações vinham de meus projetos anteriores, mas sobretudo do tratamento concedido por mim aos temas da mestiçagem e das irmandades negras.

Por volta de 2005, a discussão a respeito de migrantes pobres e negros no Paraná originou projeto em que a preocupação era ampliada para a busca de compreensão acerca do modo de vida da pobreza rural paranaense, com aspectos relacionados a isso: a importância da produção de alimentos, problemas relacionados às pequenas posses de escravos ou à formação de elites escravistas em locais de escassa importância da produção mercantil, importando também as estratégias de mobilidade nesse tipo de ambiente. Isso despertou meu interesse em usar alguns métodos habituais na área de história agrária, manejando especialmente recenseamentos e inventários *post mortem*. De fato, já havia realizado incursões nessas temáticas, especialmente em trabalhos apresentados em congressos da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica.

Em um deles, observei a forte hierarquização social centrada na posse de escravos em Guaratuba, de fato uma vila caiçara formada por migrantes internos negros, como foi reportado anteriormente neste memorial (“A posse de escravos em área de extrema pobreza [Guaratuba, 1782-1832]”). Essa localidade serviu como uma espécie de teste: podia formar-se uma elite escravista até mesmo em localidade que continha não mais que umas poucas dezenas de escravos na população. É difícil negar que a escravidão esteve nos fundamentos da vida social da colônia e do Império quando se percebe que até em Guaratuba se formou uma elite escravista. Isso mostra bastante bem o quanto a formação desse tipo de elite esteve na raiz de quase todos os processos.

Em outro (“Sobre as posses de cativos e o mercado de escravos em Castro [1824-1835]: perspectivas a partir da análise de listas nominativas”), realizei uma primeira incursão no tema do tráfico ilegal de escravos (1831-1850), dado que nessa época, como se sabe desde os estudos de Leslie Bethell e Cecília Westphalen, locais como o Paraná passaram a receber mais africanos do que o faziam antes. Estava em jogo a compreensão das determinantes do cativo no Brasil; não se tratava de agroexportação, nem de níveis elevados de acumulação. Tratava-se, isso sim, de um problema de recursos abertos e disponibilidade de terra. Bastaram mudanças nos mecanismos da oferta (com a ilegalidade, os portos centrais de desembarque de africanos – notadamente Rio de Janeiro e Salvador – passaram a ser evitados, abrindo-se a funesta possibilidade de aquisição de africanos em áreas mais distantes).

Em 2005, dediquei-me aos inventários *post mortem* de São José dos Pinhais (“Os patrimônios e o declínio da escravidão no Paraná [São José dos Pinhais, 1852-1886]”), e nesse estudo abordei a posse de escravos nos patrimônios da modesta elite local, uma série de preços de animais (para contextualização), a muito provável desvinculação entre posse de escravos e atividade ervateira, o impacto do tráfico interno de escravos e a importância da agricultura de alimentos e do fato de ela ter permitido o acesso a mercados (o que pode ser observado levando em conta as dívidas para com negociantes). Tratei também do possível impacto da crise da escravidão sobre a produção de alimentos: conforme o avançar do período, os escravistas de São José dos Pinhais deixavam de ser devedores líquidos – isto é, produtores escravistas de alimentos com acesso a crédito – e tornavam-se credores líquidos – ou seja, financiadores de uma produção pauperizada de alimentos. O declínio das dívidas passivas da elite conforme desaparecia a escravidão constitui espécie de evidência indireta de que, antes disso, o cativo e o fornecimento de escravos estavam entre os fatores principais da subordinação mercantil dos proprietários locais a credores de outras praças. Por isso passavam de devedores para fora a credores dos de dentro. Mesmo um estudo sobre elites escravistas locais põe em contato com o modo de vida dos pobres no campo brasileiro, entrevendo-se entre eles (para esse período há poucas fontes quanto a isso) os sempre estudados descendentes livres e libertos de

escravos, em muitos casos migrantes internos. Assim é que aquela elite, embora fosse a detentora dos poucos escravos e pilota do numerário em circulação (fosse no início, controlando o acesso ao crédito vindo de fora da localidade, fosse no final do processo, monopolizando o crédito local), não mostrava muitos sinais de açambarcar o fator terra. O centramento nas atividades voltadas para o mercado interno – a produção de alimentos – foi abordado definindo-se um procedimento que julgo novo: usei as descrições dos terrenos transmitidos pelas heranças, classificando os bens de raiz de acordo com sua vocação para a pecuária (“campos” ou assemelhados), para a agricultura de alimentos (“matos”, “capoeiras” ou assemelhados) e para a coleta de erva mate (se continham “ervais” nativos); muito raramente alguma dessas “vocações” aparecia isolada, mas foi possível verificar se a posse de escravos estava mais associada a quem tinha terrenos vocacionados (também) para a pecuária, para a agricultura e/ou para a coleta de erva; a “vocação” pecuarista e produtora de alimentos aparecia em quase todas as fortunas, evidentemente, mas era bem menor a proporção, entre os donos de ervais, dos que tinham escravos; a escravidão (e a riqueza em geral) estava pouco associada à posse de ervais.

Essa interpretação ligada à endogenia dos processos de acumulação no campo paranaense articula-se a uma imagem que ia construindo a respeito do período ervateiro paranaense. Atividade extrativa, com pouquíssimos investimentos (a coleta prescindia até mesmo da propriedade da terra onde se localizavam os ervais) e que conduzia o produto bruto a um beneficiamento incrivelmente modesto, produzia, ao ser exportado seu produto, enormes rendimentos, mas fazia-o sem afetar significativamente a paisagem rural. As enormes fortunas amealhadas na atividade – mais no final do século XIX – devem ser entendidas mais como apanágio de elites mercantis. Tudo me pareceu algo mais rentista até do que a mineração. Nem buraco tinha que fazer.

No início dos anos 2000, minha atuação no ensino dentro do departamento de História começou a direcionar-me também para temáticas mais relacionadas aos séculos XIX e XX, conduzindo-me a uma maior aproximação quanto a assuntos relacionados à história política da América

Latina e dos Estados Unidos naqueles séculos. Isso afetou minhas atividades enquanto pesquisador.

Sempre organizei minha reflexão ao redor de ideia de ter havido uma forte relação de continuidade entre diversas práticas e instituições do Antigo Regime e as circunstâncias do século XIX, caminhando entre as hipóteses de Fragozo e Florentino e aquelas de Arno Mayer, entre outros (alguns momentos da historiografia argentina, por exemplo, com Halperín-Donghi ou Jorge Gelman). A abordagem da vida política do século XIX apontou para a permanência de uma tônica ilustrada na primeira metade do século XIX latino-americano, seguindo uma linha de pensamento relacionada ao legado de Antonio Candido de Mello e Souza, no tocante ao Brasil, e de Richard Morse, de modo mais amplo. Tendo o primeiro avançado a noção de permanência do Iluminismo no centro da vida intelectual e do pensamento político brasileiros da primeira metade do século XIX, Morse (que também datava as coisas dessa forma) ressaltou, ademais, o quanto a Ilustração em Portugal, na Espanha e em suas respectivas colônias e ex-colônias deveu ao que ele chamou de compromisso ibérico, ou seja, ao modo específico como as sociedades ibéricas (ou, mais amplamente, mediterrânicas) enfrentaram a rota para a instauração do mundo moderno. A mistura de uma sociedade hierárquica com um Estado regido em alguma medida pela razão de Estado (dada, inclusive, a competição colonial) permitiu a combinação de reiteração aristocrática e formação de instituições estatais, assim como, no terreno intelectual e nas práticas sociais, a mistura de uma percepção e uma organização hierárquicas da sociedade – sendo a concepção marcada pela segunda escolástica – com uma visão e uma prática maquiavélica das agências estatais.

Além do mais, a necessidade, derivada das tarefas ligadas ao ensino, de ajustar contas com o Romantismo oitocentista e com seu papel na consolidação estatal do mesmo século (Mitre, na Argentina, os românticos brasileiros) me pôs em contato com a espécie de resgate da história (vindo, em parte, dos contrarrevolucionários europeus, mas não restrito a eles) que permitiria a refuncionalização de antigas ideias sobre a organização da sociedade (para já adiantar alguma coisa, o início do Romantismo brasileiro repôs em circulação o antigo e sombrio ajuste de contas do Catolicismo com o tráfico de escravos representado pelas ideias pactistas de “resgate”).

Também resultou de minha nova relação com o ensino da História a percepção mais plena acerca do mundo entrópico do pós-Independência na América Latina e nos Estados Unidos (quanto a este, recorde-se que a Guerra de Secessão ligou-se não apenas ao tema da escravidão/abolição, aos conflitos sobre políticas econômicas e às disputas pela terra no Oeste que então se formava, mas também à clássica e desbragada abertura de conflito entre diferentes elites pela liderança na formatação das instituições estatais – lembre-se a controvérsia da nulificação). No caso latino-americano e brasileiro, o passado tinha algumas respostas a esses dilemas. Passei a pesquisar a possibilidade de se ter respondido à sede de contrato com o pactismo e à fome de estabilidade com fórmulas aristocráticas, além de, com escravidão legitimada tentativamente com a ressurreição dos “resgates”, à voracidade por trabalho em um continente então despovoado em termos relativos (os cerca de 50 milhões de indígenas de 1500 haviam dado lugar, na época da Independência, a menos de 17 milhões de habitantes – após séculos de migrações livres e forçadas e na sequência da constituição de sociedades novas; na sequência até de algum crescimento demográfico endógeno durante o século XVIII).

Muitas leituras, motivadas pelas obrigações ligadas ao ensino, sobre o funcionamento pleno de ordens liberais e de autoritarismos modernos na América Latina e nos Estados Unidos reforçaram, por contraste, essas orientações de pesquisa, tanto as novas quanto aquelas que já buscava encaminhar anteriormente. Paralelamente, na segunda metade dos anos 2000, a discussão sobre raça e mestiçagem que buscava realizar havia alguns anos começou a despertar meu interesse sobre as ideias relacionadas ao tráfico de escravos africanos. Minha formação contemplara extensas leituras acerca da construção de hegemonia no âmbito da escravidão senhorial e de Antigo Regime. Tudo caminhava para as hipóteses da negociação e do patriarcalismo como mecanismos de preservação da ordem escravista. Essa negociação senhor/escravo (no âmbito das interações, tanto quanto naquele das instituições organizadas ao redor da dominação de classe) se limitava a referendar as condições segundo as quais o cativo era exercido. Como tudo demandava negociação (inclusive ou, sobretudo, entre desiguais) nas circunstâncias de pactismo, redistribuição e reciprocidade do Antigo Regime,

passei a dar ênfase à sombra dos discursos da segunda escolástica a respeito dos chamados “títulos de escravidão”. Estes, muito além de se limitarem a adocicar com uma ética de negociação as relações entre senhores e escravos, buscavam construir uma percepção adocicada, patriarcal e pactista a respeito do porquê alguém era escravizado (portanto, sobre o ato fundador de cada relação escravista), fazendo o tráfico legitimar a escravidão, e não o contrário. Assim, retomava-se algo teorizado desde Santo Tomás de Aquino (ou, antes dele, pelos romanos clássicos) no sentido de que cativeiros eram legítimos se pactuada a forma como pessoas eram escravizadas, o que se julgava encontrar nos “resgates”, nos atos de “redenção” em que príncipes vistos como “naturais” e “naturalmente justos” (mesmo que africanos, ligando esse assunto ao do racismo inclusivo de sempre) arranjavam com traficantes o salvamento de prisioneiros de guerra frente à morte, gerando a obrigação da escravidão. A escravização, repito, comunicava legitimidade à escravidão, e não o contrário.

Como essas mudanças em meu pensamento e em meu foco de investigação ocorriam em paralelo a uma atenção maior ao século XIX, incluí nas investigações relacionadas alguma análise sobre as percepções acerca da escravidão comunicadas por ilustrados, primeiros liberais e românticos. Houve um motivo adicional para estender esses questionamentos até o século XIX, e esse motivo se articula às especialíssimas circunstâncias do pós-Independência, com sua habitual e, no entanto, tremenda instabilidade política. Passei a, de certa forma, testar a hipótese de que a tônica dos resgates, onde a escravidão permanecesse importante, assumia um papel adicional àquele de legitimação do cativo. Mostrava-se capaz, com seu forte pactismo, e juntamente com outras formas de preservação das ideias e instituições ligadas à preponderância aristocrática, a infundir no tecido social e nas relações políticas um elemento negocial, embora se tratasse do manejo do pactismo para suprir artificialmente uma demanda por contratualismo.

Em paralelo a isso e a uma passagem pela coordenação do Curso de História – bacharelado com licenciatura em 2001, apresentei à CAPES a candidatura do Departamento de História da UFPR em resposta ao edital CAPES-FIPSE, Programa de Consórcios em Educação Superior entre Brasil e Estados Unidos, a qual foi aprovada. As instituições conveniadas, além da UFPR, foram, pelo lado brasileiro, as Universidades Federais da Bahia e de

Santa Catarina, enquanto pelo lado americano participaram a University of North Carolina at Charlotte, a University of South Carolina e a Winston-Salem University (também na Carolina do Norte), e as atividades se estenderam de 2004 a 2008. Além dos deslocamentos que me pareceram extremamente frutíferos de estudantes de graduação – vários vieram a realizar seus doutoramentos nos Estados Unidos e alguns hoje em dia militam no ensino superior público –, o convênio, por ser temático (“A diáspora africana no Brasil e nos Estados Unidos: uma abordagem comparativa” – 037/2004), igualmente contribuiu para a diversificação de alguns de meus interesses, conduzindo-me a leituras novas.

Executando essas tarefas, adquiri alguma familiaridade quanto a relatos e descrições de sociedades africanas na época do tráfico de escravos. Isso permitiu propor uma organização, com finalidades didáticas, da bibliografia relativa ao lado africano do tráfico de escravos (“Sociedades africanas em transição na época do tráfico de escravos: proposta de guia bibliográfico”, em coletânea de 2007, que teve segunda edição pela Editora da UEPG em 2011).

Entre 2008 e 2010, exerci as funções de chefe do Departamento de História. No primeiro desses anos, publiquei um de meus trabalhos sobre as ideias relativas ao tráfico de cativos africanos (em coautoria com R. Benthien, “Exigir prudência e bom governo: diálogos entre antigos e modernos com base no pensamento político nos Impérios ibéricos”, 2008; o título foi um pouco descaracterizado por penduricalhos inseridos na hora de uma revisão sobre a qual não fui consultado, talvez por haver um coautor). Nesse trabalho, foi retomada a descrição do Congo, Matamba e Angola de João António Cavazzi de Montecuccolo, do século XVII, e observada sua propensão a localizar formas de governo misto, vistas de modo extremamente positivo, nos corpos políticos africanos da época. No âmbito da teoria das formas de governo (Bobbio), o governo misto era visto como um dos únicos mecanismos capazes de infundir prudência na governação. Apesar da tradição franciscana (capuchinha) em que se inseria o padre, sua avaliação das condições vigentes nas sociedades africanas mais sujeitadas ao tráfico de escravos tinha grande afinidade com as características da monarquia pluricontinental portuguesa e com a armadura institucional e ideacional que fundamentava o tráfico de escravos. O governante africano prudente (e, portanto, em alguma medida

legítimo a olhos europeus) era fundamental na cadeia que conduzia do aprisionamento de rapazes, na guerra, até a escravização na América Portuguesa ou em outras partes americanas. Qualquer “despotismo” interveniente no processo impediria o mecanismo de escravização de legitimar o cativo. Essas questões circulavam com força no interior das avaliações do padre.

Em 2007, publiquei em periódico da cidade paranaense de União da Vitória artigo intitulado “Índios de Palmas expostos em Campo largo: preação, resgate e os ecos da lógica do tráfico de escravos (Paraná, décadas de 1830 e 1840)”. Nesse estudo, defendi a presença, durante a época do tráfico ilegal de escravos, da tradição de buscar legitimação para o cativo por intermédio de resgates. Parti da discussão de um caso paranaense desenrolado após a vigência da legislação de 1808 que permitiu a guerra justa a indígenas de São Paulo e Minas Gerais. Entre 1831 e 1845, foram batizadas em Campo Largo algumas crianças de origem indígena capturadas em Palmas. Algumas delas foram inseridas como crianças expostas, o que talvez fosse uma adaptação meio canhestra, mas muito significativa, à supressão da possibilidade de apreensão por guerra justa. Essa devoradora lógica de incorporação, recoberta de símbolos, práticas e referências a instituições capazes de legitimar tudo e fazer referência à construção de uma ordem hierárquica, com suas referências à redistribuição polanyiana, foi analisada por mim fazendo referência às ideias relacionadas aos “resgates”, mas também a alguns dramas inscritos na consolidação estatal do século XIX, já que o controle exercido sobre crianças passava também pelo juiz de órfãos.

Em 2009, publiquei na revista História: questões & debates outro estudo derivado de meus esforços relacionados à análise do tráfico de escravos (“Como se Cuba não existisse: observações sobre Jaime Balmes, a escravidão e o tráfico de escravos [Espanha, década de 1840]”, 2009). Busquei nesse trabalho discutir algumas fontes de concepções e categorias intervenientes na formulação de atitudes brasileiras a respeito do comércio de almas africanas na época da ilegalidade (1830-1850). Para tanto, aproximei minhas leituras das questões relacionadas ao catolicismo ibérico do período, já que, além da influência do Romantismo da Península naquele que se gestava no Brasil, havia o peso ibérico sobre a vida intelectual brasileira, o fato de a Espanha

também atravessar período de tráfico ilegal de escravos (para Cuba) e a circunstância importantíssima de que a Península também atravessava época de profunda conturbação política interna. Ao ler as posições de d. Jaime Balmes (1810-1848) sobre a escravidão, percebi que os paradoxos da época – das querelas entre ultramontanos e regalistas e do tráfico de escravos exercido ilegalmente – somavam-se àqueles intrínsecos à escravidão (David Brion Davis), produzindo uma versão esdrúxula segundo a qual o cativo continuado não constituía exatamente um problema, porque o Catolicismo já havia posto fim ao mesmo oito ou nove séculos antes, conduzindo a que se estivesse em presença de uma instituição em decadência. A rejeição muito católica, na hora de defender a escravidão, daquilo que se parecesse à ideia de raça, como manifestação de horror à separação e à diferença, apontava em Balmes para o elogio da capacidade agregadora, integradora da desigualdade. Preservava-se nele também a capacidade de encontrar nos pactos que se julgava serem constitutivos do ato de escravização (o tráfico) a capacidade de difundir pelas relações escravistas um sentido negociado, pactuado, fazendo, ainda nessa época, o comércio de almas justificar a escravidão aos olhos dos contemporâneos, e não o contrário.

Em 2010, publiquei em coletânea um trabalho sobre categorias classificatórias em situações coloniais latino-americanas (“Eles são como nós, que já não somos grande coisa: pessimismo antropológico e intercâmbio desigual com índios e escravos [Américas ibéricas, 1550-1650]”, 2010). A versão que se tinha a respeito das pessoas sujeitadas à escravidão e aos esquemas mais duros de domínio sobre indígenas são muito reveladoras a respeito do tipo de sociedade construída por sobre o cativo e a subordinação. A sujeição inclusiva manteve forte relação de afinidade com uma visão da sociedade como uma grande cadeia de imperfeições. Colonizadores viam-se como partes da mesma humanidade a que pertenciam aqueles por eles subjugados. Ficava implicada tanto uma visão que buscava espécies de talentos para a conversão religiosa ou para a composição de uma sociedade ordeira, quanto seu inverso, ou seja, uma percepção segundo a qual os momentos de avaliação de escravizados e indígenas acionavam processos em que colonizadores lançavam sobre si um olhar como que exteriorizado e condescendente. Isso esteve ligado, e com força, ao estabelecimento do

racismo inclusivo, à estruturação hierárquica das sociedades coloniais e à centralidade, em seu interior, de instituições inclusivas (controlar, ao invés de impedir, o catolicismo ou a família negra ou indígena). Nesse ambiente era pouco provável que vicejassem entre as categorias classificatórias aquelas que se aproximassem de um tipo racial, com características mais cruamente duais, conforme lições de Lewis Hanke. Assim, atravessei percepções acerca do tráfico de escravos como “resgate”, as práticas e ideias de evangelizadores e administradores nas Américas dos séculos XVI e XVII e concepções de eclesiásticos acerca da antropofagia (incrivelmente capazes de relativizá-la; cf. Alonso de Sandoval, na atual Colômbia, ou Juan de Torquemada, na Nova Espanha). Quanto à percepção de colonizadores sobre seu próprio mundo, escrevi um parágrafo acerca de *El criticón*, de Gracian, jesuíta siscentista: ao iniciar o livro, referiu-se ao encontro de Critilo “com um sujeito da fronteira, da ilha, a quem ele nomeia Andrenio. Encontra-o na ilha de Santa Helena” e antecipa, invertendo-o, Robinson Crusoe (Gracian antecedeu Defoe), pois “também naufragara sozinho. Náufrago, um ilhéu salvou-o, mas não o entendeu, deixando-o, por outro lado, seguro de não ser surdo e mudo porque, com ‘barbaras acciones’, entendia e imitava sons da natureza. Mostrava-se em ‘vislumbres la vivacidad de su espíritu, trabajando el alma por mostrarse’. Seu Sexta-feira viria, assim, a chamar-se homem (Andrenio). Ele próprio já carregava o nome de crise (Critilo), e esses nomes ‘llenaron bien, el uno en el juizioso, y el outro en lo humano’” [p. 70]. Uma percepção positiva acerca dos sujeitados (ou, antes, de seus talentos trazidos do condicionamento natural) combinava-se a outra visão, que podia ser negativa, acerca dos dominantes (europeus navegando de crise em crise), obedecendo a uma concepção hierárquica da sociedade.

Em 2008, publiquei uma versão expandida de minha dissertação de Mestrado, tendo feito isso pela Editora Apicuri, do Rio de Janeiro (*Artífices do Rio de Janeiro, 1790-1808*). Acrescentei alguns dos resultados do artigo intitulado “Escravos artesãos: preços e família” e alguns trechos de minha tese de Doutorado, que optei por publicar em partes, sob a forma de diversos artigos, conforme já foi apontado. A parte do Doutorado inserida foi aquela que continha propostas metodológicas para abordar a estrutura de posse de

escravos na ausência de listas nominativas de habitantes (usando inventários *post mortem* e mapas de população).

A publicação de *Artífices do Rio de Janeiro* me animou a propor à Editora Apicuri a organização de uma coleção (“Distâncias”) publicando teses e outros trabalhos acadêmicos recentes abordando especialmente sertões, áreas fortemente agrárias e temáticas relacionadas às partes meridionais da América do Sul. Assim, entre 2008 e 2010, tive a chance de convidar, para visitar e publicar seus trabalhos, Cacilda Machado (*A trama das vontades. Negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*), Márcio de Sousa Soares (*A remissão do cativo. A dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacazes, c.1750-c.1830*), Leonardo Marques (*Por aí e por muito longe: dívidas, migrações e os libertos de 1888*) e Fabio Pontarolo (*Homens de ínfima plebe: os condenados ao degredo interno no Brasil do século XIX*).

Ainda em 2010, organizei para a revista *História: questões & debates* um dossiê intitulado “África, tráfico e escravidão nas Américas”, contando com trabalhos David Eltis (Emory University), José Flávio Motta (USP), Márcio de Sousa Soares (UFF), Leonardo Marques (atualmente, UFF), Alex Borucki (atualmente, University of California, Irvine) e Marion Brepohl Magalhães (UFPR). Foi outra incursão aproximando pesquisa e extensão.

Em paralelo a isso, e em virtude da relativa e já mencionada reorientação de meu interesse (uma maior preocupação em articular minhas questões de investigação com temas mais recentes), um trabalho, incluído em coletânea organizada no âmbito do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFPR, no qual busquei articular minha trajetória de refletir e pesquisar sobre racismo e desigualdade com o debate acerca das políticas afirmativas no Brasil recente (“Observações de um historiador sobre questões que devem ser lembradas a partir da adoção de políticas afirmativas”, 2008). Refletia na direção de que os projetos modernizantes que aparentaram, ao longo da história brasileira, vínculo com a instauração do igualitarismo civil, tinham pilotos no fundo muito aristocráticos (voltaria a escrever sobre isso em 2014, em um texto sobre a Bahia colonial e imperial no qual observei que a desigualdade sempre alta e sempre crescente ao longo de um intervalo de mais de cem anos atingia patamares patológicos precisamente em momentos

nos quais o ponto forte era uma intensa projeção de futuros – o reformismo ilustrado pombalino e a consolidação da Independência). Ponderava a respeito da possibilidade de a introdução de alguns caminhos adicionais de mobilidade social, por diminutos que fossem em seu escopo, mas desde que originados da vida política democrática, em alguma medida contribuir para a consolidação dessa mesma ordem democrática, especialmente pelo fato de lidar de frente com o legado do maior dos horrores (a escravidão).

Ao redor de 2010 e um pouco depois, mantido operante meu projeto sobre o campo paranaense, publiquei alguns trabalhos. Em 2009, tive a oportunidade de participar de uma discussão com colegas da Ciência Política da UFPR a respeito da prática da comparação, o que foi muito produtivo para meu trajeto. Escrevi um estudo para essa discussão aludindo resumidamente a diversas iniciativas comparativas encaminhadas por mim. Uma delas era o uso comparativo, que propunha nessa época, de listas de qualificação de votantes do final do Império a fim de obter relances a respeito da hierarquia social, sobre a relação entre negociantes e agricultores de alimentos nessa época transitiva e até sobre a provável presença de um eleitorado negro livre em algumas localidades brasileiras como o curato de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Essas iniciativas quanto a negros votantes no final do Império relacionam-se a comparar a soma total de qualificados para votar em primeiro grau no final dos anos 1870 com os dados do censo de 1872 a respeito da quantidade de homens brancos casados na mesma paróquias; isso foi realizado para partes do Paraná (São José dos Pinhais, Tibagy, por exemplo) e para Guaratiba e Santa Cruz, no Rio de Janeiro, e este último foi o caso de maior diferença entre os dois números, sugerindo uma forte presença de votantes negros. Outra se associava ao uso de listas nominativas a fim de buscar indícios a respeito da inserção de descendentes livres de escravos em localidades paranaenses. Nesse sentido, montei abstratamente uma espécie de trajeto que partia, em 1835 e 1836, das partes centrais de Curitiba e avançava na direção oeste, passando por um primeiro segmento de circunferência ao redor do centro, em seguida por Campo Largo e depois por Palmeira para, finalmente, chegar a Guarapuava. Os fogos pertencentes a negros e pardos livres podem ser considerados um sinal acerca da presença da pobreza livre, nessa sociedade que diferenciava as pessoas por riqueza, mas também por cor atribuída,

sinalizando presença ou ausência de ascendência escrava. Nas partes centrais, esses fogos eram apenas 7,5% do total, o que se mantinha no primeiro segmento de circunferência na direção oeste. Em Campo Largo, a participação negra na chefia de domicílios subia rapidamente, para 40%. Caía ao passar-se para Palmeira, área das fazendas agropastoris (para 34%), e voltava a crescer, astronomicamente, para 48% do total de fogos na fronteira extrema representada por Guarapuava, que nessa época não pertencia ao município de Curitiba (mas sim ao de Castro). Outra iniciativa então abordada ligou-se a comparações entre Campo Largo, no Paraná, e Patos, na Paraíba, no tocante aos anos 1860, buscando indícios nas práticas de apadrinhamento a respeito da hierarquia social. Apesar de Patos conter mais homens que apareciam reiteradamente nos batismos de livres como superpadrinhos, o apego aos títulos de prestígio incidentes nos nomes dos padrinhos e pais dos batizados era maior no Paraná; esses títulos eram de cinco a dez vezes mais comuns no Sul que no Sertão Nordestino, no caso dos pais e padrinhos, e de 20 a 30 vezes mais corriqueiros em Campo Largo nos nomes de mães e madrinhas. Foram também observadas algumas diferenças entre as famílias negras livres de Patos e Curitiba. A ilegitimidade era baixíssima entre os negros e pardos livres do sertão (menos que 9%), mas muito alta entre os curitibanos.

Cana, café e crioulização da morbidade

Em 2011, apareceu na revista *História Econômica & História de Empresas*, da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, um estudo de minha autoria a respeito da erva mate paranaense nos primeiros anos de sua exploração oitocentista (“Uma ‘informação’ sobre os negócios da erva mate e o seu autor [1837]”). Quando realizava pesquisas no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro) a respeito de libertos e do mundo rural paranaense, localizei no fundo *negócios provinciais*, entre os ofícios enviados pela presidência da província de São Paulo para o ministro do Império, o encaminhamento da resposta a uma solicitação feita pelo Ministério de informações sobre a coleta da erva mate. A presidência paulista encarregou disso um residente em Curitiba, Joaquim José Pinto Bandeira. Ele realizou a tarefa e remeteu a “informação” para São Paulo, de onde ela foi enviada ao

ministro. Nesse artigo, reproduzi o texto original, mas incluí uma longa introdução abordando o trajeto de bandeira – um artigo a pleno título –, usando diversas fontes, como listas de habitantes, os ofícios diversos da municipalidade de Curitiba para a presidência da província de São Paulo, termos de vereança, inventários *post mortem* e uma outra memória publicada pelo mesmo Bandeira na *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*, em 1851. No núcleo da abordagem, a busca por compreender a visão de sociedade retida por negociantes – e Pinto Bandeira era um deles, apesar de modesto – durante o período colonial tardio, pois assim ainda se costuma tratar as primeiras décadas do Império. Articulava-se ao viés hierárquico dessa visão sua crença na mediação societária dos conflitos, algo profundamente articulado ao clientelismo e à preservação de um dado aristocrático a operar onde se esperaria encontrar instituições estatais. Tratava-se de filho de migrante português tornado negociante de fazendas secas com trânsito para o agro durante os primeiros anos do século XIX, momento no qual recebeu sesmaria. Esta, aliás, foi passada a seus filhos de um modo que sugere a fundação de casa senhorial. O autor da “informação”, Joaquim José Pinto Bandeira, projetou sua atividade, a partir do comércio e da lide agrária, para a participação na câmara e para o envolvimento em iniciativas que lhe conferiram alguma reputação de “sertanista”. De fato, impressionam os resultados dos estudos incluídos neste artigo (realizados com base nos ofícios diversos do APESP) sobre a participação de negociantes – e não necessariamente do topo da pirâmide tropeira – nos cargos vinculados à municipalidade. A “informação” foi lida, assim, como expressão da visão de sociedade retida pelos negociantes tardocoloniais brasileiros, com sua percepção aristocrática da vida social.

Em 2012, incluí em obra coletiva coordenada por Regina Xavier (*Escravidão e liberdade. Temas, problemas e perspectivas de análise*) um estudo sobre o Paraná dos séculos XVIII e XIX. Nele, busquei refletir sobre a combinação entre um elemento inclusivo na história agrária do período – a enorme abundância de terra livre – e os elementos excludentes de sempre presentes no mesmo campo – a escravidão e a fortíssima desigualdade social entre os livres. O dado nivelador – designado como *dispersão* – aparecia na grande presença de migrantes internos pobres e negros entre os povoadores, resultando em alta participação de descendentes livres de escravos na chefia

de domicílios. Como a população escrava local era, além de pequena, recente, isso significa que os negros e pardos observados em situação de autonomia eram migrantes e não há outra alternativa para entender o que os atraía senão considerar que a disponibilidade de terras o fazia. A dispersão manifestava-se igualmente nos preços da terra passível de utilização na agricultura de alimentos. No âmbito desse trabalho, foi possível recolocar o problema da passagem da escravidão indígena (administração particular) para a africana, ou, antes, da prevalência da primeira para a da segunda, ao longo do século XVIII. Isso porque um dos indicadores usados para isso foi exatamente a consideração das diversas formas como ambas coexistiram. A questão foi tratada por remeter ao problema da funcionalidade da escravidão, ditada pela abertura do acesso ao fator terra, abordando tudo, dessa forma, na parte relativa à dispersão. Mas esse ambiente expansivo e inclusivo também era profundamente hierarquizado – e o subtítulo onde isso é abordado chama-se *concentração*. Nele, uso medidas de concentração para a posse de escravos africanos, para o acesso a indígenas administrados (no século XVIII), para os rendimentos declarados em listas nominativas, para os recursos empatados em diversos tipos de terreno (voltados para a pecuária, para a coleta de erva mate e para a agricultura de alimentos). Em geral, todos os ativos eram sujeitados a fortíssima concentração social, mas os indicadores se reduziam quando se tratava do acesso à terra passível de utilização para a produção de alimentos. Foi também factível voltar a abordar o problema da composição da população cativa paranaense; as fontes usadas evidentemente referendam a imagem classicamente formulada por Francisco Vidal Luna e Horacio Gutiérrez para os primeiros trinta anos do século XIX, de números semelhantes de homens e mulheres na população adulta, mas põem também forte acento no fato, detectado por Luna e Gutiérrez, de que essa distribuição favorecedora da família escrava e do crescimento endógeno teve vigência circunscrita no tempo. Discute-se, finalmente, um caso desenrolado em Campo Largo entre libertos, mostrando que as famílias senhoriais podiam conviver com a formação de unidades autônomas de forros, desde que permanecessem aptas a controlar os bens mercantilizáveis (no caso, erva mate nativa apta a ser colhida; monopolizá-la parece ter ido mais urgente para essa turma do que açambarcar a terra).

Em 2010-2011, fui recebido pelo professor doutor José Flávio Motta para estágio de pós-doutorado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. No estágio, e tendo em vista vir abordando anteriormente percepções acerca do tráfico de escravos, resolvi encaminhar projeto buscando uma aproximação à demanda por africanos exercida no nível local, comparando localidades paulistas. Além de buscar compreender esse tipo de mecanismo, sobre o qual a documentação portuária só podia silenciar durante a época da ilegalidade do tráfico africano (1831-1850), objetivei transitar das percepções acerca do tráfico de escravos para as atitudes em relação a ele. Parti do princípio de que o momento era delicado (e, assim, eloquente), pois, em vista da pressão inglesa, ao menos no nível oficial a retórica antitráfico teria que ser adotada. Investigar a documentação relativa aos lugares onde chegavam africanos contrabandeados – e com que ritmo – facultaria algumas respostas. Em virtude da própria ilegalidade, experimentei tratar a questão a partir dos registros de batismo de africanos, na falta de outras fontes. Local a local, só coletando os dados e observando-os é possível verificar se as séries assim construídas são minimamente confiáveis. A questão da confiabilidade variou conforme a localidade, do que resultou uma discussão difícil, mas que pôde ser feita. Basicamente, terminaram por ser levantadas informações no sentido de que apesar da trajetória descendente da cana de açúcar, especialmente após 1840, simultânea à fulminante ascensão cafeeira, as áreas canavieiras da província eram demandantes mais decisivos de africanos que as florescentes regiões cafeeiras. Isso condiz com noções veiculadas para o continente como um todo por Fogel e Engerman no sentido de que bem mais que metade do tráfico africano para as Américas foi direcionado para áreas nitidamente canavieiras. Pareceu-me importante o fato de a cana, apesar da retração da atividade ao redor de 1840, exercer demanda mais intensa que a cafeeira sobre os agora relativamente mais escassos africanos. Desenvolvi a suspeita de que isso teve a ver com a mortalidade. Mas, antes de expor as tarefas que assumi para lidar com essa suspeita, é preciso deixar claro que a relativa retirada do café (pelo menos do paulista) em relação ao tráfico de escravos aponta para o problema do impacto da proibição de 1830-1831. Investigadores já haviam notado um tipo de anomalia: apesar de os anos 1840 terem sido a época dos maiores números anuais de

desembarques da história (em anos isolados), indicando forte demanda, mostraram, no seu final, uma queda de preços de cativos, e isso ocorreu precisamente no momento em que o mundo atlântico começou a recuperar-se (ao redor de 1848) de uma longa fase recessiva. Essa redução de preços em hora estranha foi notada por todos que pesquisaram preços de escravos, desde Emília Viotti da Costa até Flávio Versiani.

Retomei a esse propósito reflexões que vinha fazendo desde meus estudos sobre escravos artesãos. Desde então notava – e continuaria a fazê-lo durante os anos 2010, conforme abordarei adiante – não ser satisfatória a ideia de que a proibição de 1831 não teve efeitos. Efetivamente, o número total de escravos introduzidos ilegalmente foi grande – segundo estimativas veiculadas em www.slavevoyages.org, de David Eltis e equipe, teriam sido mais de 900 mil os africanos desembarcados no Brasil durante a ilegalidade. Ainda assim, o que vinha notando era uma instabilidade totalmente inédita no mercado de cativos dessa época. Quantidades desembarcadas e preços flutuavam como nunca tinham feito, caso se lembre da proverbial elasticidade da oferta de cativos. A propriedade de escravos deixava de estar acessível a grupos muito diversificados, conforme uma historiografia importante vinha notando (Vidal Luna, Iraci del Nero da Costa, José Flávio Motta, Nelson Nozoe e Manolo Florentino entre outros), e como havia visto no tocante a artesãos pobres ou mesmo libertos. Firmava-se uma hipótese que viria a perseguir durante a segunda metade dos anos 2010: muito mais proveitoso que notar contradição entre escravidão e capitalismo é levar em consideração que intentos de consolidação estatal – e as necessidades ligadas a isso, especialmente quando se tratasse de avançar na direção de um ambiente mais contratualista – podiam alterar profundamente o cativo, no limite chocando-se com ele (em vista de sua articulação com o poder pessoal, ligação essa que vinha estudando a propósito do problema da violência).

Conforme escrevia, realizei alguns estudos sobre as chegadas de africanos em localidades paulistas, e fui marcado, quanto a isso, pela especificidade das chamadas sociedades do açúcar (proposta, por exemplo, por Stuart Schwartz, segundo minha leitura). Assim, optei por iniciar realizando um balanço historiográfico acerca da produção, no continente, da cana de açúcar e do café ao longo do período que, na história brasileira, corresponde

àquele da ilegalidade (“São Paulo, o açúcar, o café e o rearranjo da década de 1840”, apresentado no IX Congresso Brasileiro de história Econômica, de 2011, e publicado em seus anais). Neste trabalho, abordei as tradições de análise histórica a respeito da cana de açúcar em São Paulo, de um lado, e da lavoura cafeeira na mesma província, de outro, com o objetivo de integrar seus resultados para refletir sobre a convivência das duas atividades em áreas próximas ou numa mesma área durante o segundo quarto do século XIX. Levei em conta a existência, quanto ao ambiente mais amplo das Américas, de análises tanto sobre as “sociedades do açúcar” (Schwartz), quanto sobre as “sociedades do café” (Topik). Quanto ao café, discuti bibliografia sobre o lugar dessa atividade no Caribe, sobre a passagem do café escravista para a cafeicultura com trabalho intensivo de agricultores livres e a respeito de sua chamada polivalência social. Quanto ao açúcar, retomei discussão sobre a “revolução do açúcar” (Higman), quanto às diferenças entre a lavoura canavieira no Nordeste e no Sudeste brasileiros, sobre a evolução da produção durante o período estudado e, especialmente, a respeito do impacto exercido pela ascensão cubana dos anos 1830 e, principalmente, ao redor de 1840. Resumi achados sobre a evolução dos preços do café e do açúcar (Marcondes, Moura Filho) e a respeito do crédito.

Publiquei, em 2012, artigo comparando o acesso a africanos em diversas localidades paulistas durante o segundo quarto do século XIX (“Cafeicultores, produtores de açúcar e tráfico de escravos na província de São Paulo [1825-1850]”, de 2012, na *Revista de História Comparada*, da UFRJ). Nele, e em trabalho incluído nas atas das *Primeras Jornadas de Historia Económica*, ocorridas na Cidade do México em 2012 (“Uma estratégia para comparar a lavoura canavieira e a cafeicultura em São Paulo, Brasil [1825-1850]”), comparei cafeicultura e lavoura canavieira ao confrontar dados do Vale do Paraíba com informações a respeito do Oeste Paulista anterior à transição da cana para o café. Durante os anos 1820, Capivari, no Oeste, batizava mais africanos que Areias e Bananal, no Vale. Os africanos de Capivari compunham uma parcela maior do contingente batizado e apresentavam uma razão de sexo (relação entre o número de homens e o de mulheres) bem mais alargada. Quanto aos anos 1830, o mesmo foi notado na confrontação entre Capivari, Rio Claro e Limeira, de um lado, e Areias, Bananal e Silveiras, de outro. A

observação comparativa repetiu-se na confronto entre Capivari e Queluz durante os anos 1840, ao passo que, na mesma época, Rio Claro e Limeira passaram a mostrar padrão mais próximo ao do Vale do Paraíba (menos africanos, menor proporção dos mesmos nos batismos, menor razão de sexo), e interpretei isso como produto da transição para o café nessas áreas do Oeste. No tocante a alguns casos bem circunscritos, foi possível observar a idade dos africanos batizados, e eles eram significativamente mais jovens nas áreas cafeeiras que nas canavieiras. Tudo me conduziu a concluir que a “polivalência social” do café (Samper), apesar de se tratar de produção escravista em larga escala, permitiu à atividade adaptar-se a diferentes arranjos da oferta de trabalhadores (arranjos esses que se alteravam significativamente durante a ilegalidade; e assim tornava a ver-me defronte de indícios de que o intervalo 1831-1850 foi, efetivamente, um período de crise para o cativo no Brasil). A lavoura canvieira, diversamente, e com sua proverbial rigidez (e também por isso se fala em “sociedades do açúcar”), não mostrou condições de ajustar contas com a crise na oferta, acelerando o aprofundamento de dificuldades que já advinham do mercado do produto e da ascensão cubana.

As informações coletadas nos registros de batismo de adultos foram corroboradas pela comparação entre os óbitos de escravos adultos em Capivari e Bananal (1820-1858) – vinha refletindo sobre a possibilidades de as séries montadas com a razão de sexo dos óbitos de escravos adultos poderem funcionar como um indicador de feitura rápida e de grande utilidade a respeito da periodização da relação de cada local com o tráfico de escravos africanos, mesmo sem fornecer valores absolutos. Foram reiteradas igualmente pela análise da concentração da propriedade de africanos no Oeste e no Vale. Como apêndice destinado a fornecer algumas indicações para outras comparações, comparei o tamanho médio de cafezais e engenhos paulistas com as indicações sobre as dimensões de propriedades canvieiras em Cuba (Pezuela).

Meus estudos sobre a demanda por africanos em vilas paulistas da época dos contrabandos de escravos me puseram em contato com os problemas relacionados à mortalidade. A questão mostrou-se realmente importante. Segundo a base de dados organizada por David Eltis e equipe

(www.slavevoyages.org), o tráfico luso brasileiro mobilizou pelo Atlântico mais de 4.500.000 africanos entre 1501 e 1825. No entanto, havia no Brasil de 1819 provavelmente pouco mais de um milhão e cem mil escravos. É verdade que africanos infelizmente desapareciam sem deixar rastros pelo fato de terem sido majoritariamente homens os desembarcados. Ainda assim, caso tenha se mantido a proporção vigente no longo prazo, de dois homens para cada mulher nos navios negreiros, teriam sido mais de um milhão e meio de mulheres africanas desembarcadas entre 1501 e 1825, número que não condiz com a provável população cativa de 1819. As implicações são claras: é preciso estudar a mortalidade de africanos no Brasil.

Sendo indisponível documentação permitindo abordagem segura da mortalidade no que toca a essa época, iniciei estudos sobre a morbidade. Outros elementos me conduziram a abordá-la. Já havia tratado a hierarquia social como algo enraizado localmente, tanto quanto, ou mais, que como derivação de políticas metropolitanas. Já havia proposto que a vida dos pobres se organizava ao redor das condições locais, da fronteira agrária. Já havia indicado que as pertenças étnicas se organizavam de acordo com embates e negociações que chamaria crioulos, isto é, próprios da hierarquia brasileira. Faltava pouco para sugerir que a relação com o mundo natural, incluindo o microbiano, deveu muito a uma lógica analogamente crioula. Dinâmicas atlânticas, com temporalidades diversas, tinham sua interação e fusão organizadas pelas condições locais. Resolvi encaminhar-me para dar esse passo, e passei a abordar a morbidade, em articulação com atividades econômicas – afinal, o açúcar me levava a isso – e com os arranjos ambientais associados àquelas atividades.

Em verdade, já em 2011 publiquei um trabalho com extensas reflexões e levantamentos a esse respeito (“Pandemias oitocentistas, povoações rurais e densidades demográficas no Brasil em perspectiva comparativa”, na revista *História e Economia*, de São Paulo). Nesse artigo, investiguei a possibilidade de calcular densidades demográficas em diversas partes do Brasil e das Américas com uma finalidade precisa, apesar das enormes dificuldades para estimar, quanto ao passado, não só as populações de áreas mais circunscritas como também as extensões efetivamente ocupadas em termos coloniais ou imperiais de cada localidade rural. A finalidade disso se ligava à constatação

reiterada – por médicos do século XIX (Paula Cândido, Sigaud), bem como por pesquisadores do século XXI (Chalhoub) – de que as pandemias do século XIX demoraram a entrar no Brasil. Isso realçou ainda mais, aos olhos dos contemporâneos, a violência com que elas o fizeram a partir da chegada da febre amarela em 1849-1850. Tendo considerado isso uma espécie de alerta quanto à elaboração de uma abordagem da história brasileira que se excedesse no apelo a fenômenos atlânticos, resolvi realizar estimativas a respeito da densidade demográfica, se possível durante a primeira metade do século XIX, e abrangendo não só o Sudeste rural, como também o Nordeste brasileiro, o Caribe, incluindo especialmente Cuba (pois, apesar de uma situação que guardava diversas semelhanças com a brasileira, o cólera dos anos 1830 entrou na ilha com muita força), partes do México, a Venezuela e partes da Colômbia, do Peru e da Argentina. Buscava calibrar uma abordagem que, ao lado do que se poderia designar como os *acontecimentos atlânticos*, desse ainda mais papel ao *Atlântico de longo prazo, enraizado e criouloizado*. Concluí ter sido possível que a rarefação do povoamento brasileiro tenha desempenhado algum papel em refrear a entrada e a difusão de doenças que demandavam a proximidade entre as pessoas. As densidades atingiam valores muito maiores em partes da América Latina situadas no hemisfério norte, comparadas às da América do Sul. Ademais, as densidades eram maiores no norte da costa brasileira que no sul.

No mesmo ano de 2011, mas também em 2013, foram incluídos dois estudos sobre morbidade escrava nas atas dos congressos de *Estudios Afrolatinoamericanos* daqueles anos do grupo GEALA, sediado em Buenos Aires (“Fatores incidentes na morbidade escrava na província de São Paulo, Brasil [1800-1850]” e “Doenças de escravos na cana e no café paulistas [anos 1850]”). No primeiro trabalho, expus as grandes linhas de minha relação com a bibliografia acerca da morbidade escrava. Abordei o avanço do tráfico de escravos africanos no início do século, levando a trocas microbianas entre migrantes, algo relacionado à morbidade nos portos de embarque e de destino, assim como às taxas de mortalidade de africanos maiores que as de crioulos e ao *seasoning*. Tratei do fato de que os choques entre Velho e Novo Mundo a essa altura não tomavam mais a forma das epidemias em solo virgem, embora já estivesse marcado pelas ideias de Elizabeth Fenn no sentido de que,

ocorrendo transferências de doenças que fossem endêmicas na Europa para as rarefeitas populações americanas, davam-se nestas últimas verdadeiras tragédias epidêmicas, potencializadas, ainda, pela reduzida diversidade genética vigente em situações de fraca densidade demográfica. Esse tipo de coisa torna necessário levar em conta a densidade do povoamento, além do mais em virtude de que havia doenças de transmissão direta de pessoa a pessoa (sarampo, varíola, tuberculose e framboesia), assim como situações em que a aglomeração forçava pessoas ao contato com águas servidas (cólera) ou em que o fraco alcance dos vetores só permitia a difusão do mal em situações de aglomeração (febre amarela). Resumindo, a fraca densidade podia minimizar o contágio, mas, caso ele ocorresse, a mesma rarefação tornava mais difícil o processo de endemização. Há a acrescentar o caso da malária: sua difusão demanda fracas densidades (pois o microambiente adequado aos mosquitos *Anopheles* é tornado mais raro pelo adensamento da presença humana); mas demanda igualmente densidades crescentes, pois é preciso que haja infectados para que mosquitos encontrem, por assim dizer, plasmódios e os transmitam; resulta que o padrão requerido era o de densidades fracas, mas crescentes. Observar a morbidade escrava implica também levar em conta o problema das imunidades, além daquele do tipo de produto enfatizado dentro de cada localidade (mesmo que se comparem áreas exportadoras). Quanto a isso, fez-se uma breve comparação, tendo em vista a sazonalidade, entre uma área cafeeira (Bananal) e outra, açucareira (Cativari). Além da diferença de hábitat implicada, havia o fato de que diferentes cultivos principais criavam relações diversas com o tráfico de escravos africanos e com as condições da negociação das condições de vida.

No segundo daqueles trabalhos apresentados e publicados em Buenos Aires, foi possível formular hipóteses sobre as diferenças na mortalidade escrava vigente na vila de Cativari, canavieira, e na de Bananal, cafeeira. Os registros de óbito são incrivelmente falhos e marcados por dose intolerável de sub-registro, a princípio impedindo o cálculo simples da taxa de mortalidade. Mas, se for suposto – e não há muitas razões para não o fazer – que a taxa de sub-registro era semelhante nos dois lugares, chegar-se-á à conclusão chocante de que a mortalidade na área canavieira era simplesmente o dobro da vigente em Bananal, mesmo que nos dois casos se tratasse de localidades

franca e vorazmente exportadoras (o açúcar paulista passou a ser exportado no início do século XIX, quando a ênfase do mercado mundial passou a recair nos açúcares de qualidade inferior, demandantes de refino; isso ocorreu até mesmo com o açúcar baiano, conforme os estudos de Barickman). Foi factível perceber que, prevalecentes as endemias sobre as trocas atlânticas nos dois lugares durante os anos 1850, pareceu-me então que se tratava de arranjos endêmicos diversos: sendo a lavoura canavieira dependente de enormes disponibilidades de água, de preferência empoçada (me marcou a leitura de um trecho de Alice Canabrava em que ela chamava a atenção para a prática da irrigação até mesmo na umidíssima St. Domingue), a morbidade articulada a ela seria vinculada a uma referência ao mundo dos mosquitos e da malária, numa intensa e inegociável relação com o meio ambiente (li por essa época um estudo de McNeill sobre o Caribe intitulado *Mosquito empires*); já na área do café, dada uma diferente relação com o solo e a água, as endemias prevalecentes seriam mais aquelas relacionadas às já bem mais negociáveis condições de vida – acesso à água, aos alimentos, à vestimenta. Num caso, o elemento chave era o meio ambiente; no outro, as relações escravistas. Como será visto, essa comparação foi revista em trabalhos posteriores. Não viria a rejeitá-la completamente, mas discutirei à frente o fato de ter sentido a necessidade de articulá-la a uma visão mais processual das coisas, contando a história de cada localidade, fosse ela canavieira, fosse cafeeira, levando em conta uma sucessão de fases de morbidade controlada pelo ambiente para fases de morbidade controlada pelas relações escravistas.

Nesse mesmo estudo, duas outras observações chamaram minha atenção. Uma delas foi a de que as causas de morte eram bem mais diversificadas na área cafeeira. A outra, que passou a marcar muitas das minhas preocupações, ligou-se à enorme incidência da violência nas mortes de adultos na área da cana de açúcar. A participação dos acidentes e da violência nas mortes de escravos era mais de dez vezes maior em Capivari do que em Bananal. As causas externas matavam um a cada oito adultos na vila canavieira.

Em 2012, tornei-me bolsista de produtividade em pesquisa da Fundação Araucária do Paraná, ao passo que, no ano seguinte, tive honra ainda maior, tendo sido meu projeto “Experiências escravas da doença e arranjos rurais no

Paraná e em São Paulo (1820-1860)” aceito para fundamentar bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq (levando-me a declinar da bolsa da instituição paranaense).

Além dos mencionados trabalhos em anais de congressos internacionais, meu interesse no tema da morbidade conduziu à publicação de alguns trabalhos que reputo fundamentais em minha carreira. Um deles foi publicado em Português e em Inglês na revista *Tempo*, de Niterói (“Fire, broadax and fever relieve: southeastern Brazil and the boost toward the agrarian frontiers in early 19th century”). Neste artigo, propus relacionar temas de história ambiental com resultados da pesquisa em história das doenças e em história agrária. Assumi como tema o ímpeto de avanço sobre florestas brasileiras do Sudeste durante o “renascimento agrícola” do século XVIII (Caio Prado Jr.), o crescimento econômico do intervalo joanino e o período de avanço descontrolado da fronteira agrária incentivado pela própria Independência e pela suspensão da concessão de sesmarias em 1822. Nessa época de grande avanço produtivo, deslocamentos setoriais e importantíssimas migrações internas, envolvendo os diversos grupos sociais, em meio a uma situação de povoamento muito ralo, estava em circulação, ligado aos justos temores quanto à malária, a concepção de que florestas eram responsáveis pelos chamados miasmas, aos quais se atribuía o impaludismo. Tendo buscado avaliar, quanto a localidades do Oeste paulista, o impacto das migrações internas e a incidência das febres, avancei na direção de sustentar que embora predominasse o correto temor a charcos, foi possível encontrar na pesquisa subjacente ao artigo diversos posicionamentos antifloresta, inclusive na reflexão ilustrada e até mesmo em discursos médicos. Isso se articulava a um impulso a que se desejasse, conforme escrevia Cunha Matos, que a “mão do homem” (isto é, o avanço agrário desflorestador) realizasse “benefício sanitário”. A pesquisa permitiu encontrar essa visão esdrúxula entre neo-hipocráticos do século XIX, incluindo os médicos que mais tarde estiveram muito próximos da descoberta efetiva dos plasmódios (Colin). Ressaltei a afinidade dessa atitude quanto às ideias fisiocráticas em circulação no Brasil da época, assim como ao fomentismo agrário.

No mesmo ano de 2014, retomei a preocupação com o tema da cana de açúcar e do comando exercido pela lavoura canavieira sobre as condições

ambientais e sobre as condições de vida das pessoas a ela relacionadas. Tendo sido muito marcado por sugestões obtidas em artigos de Michael Tadman sobre o “custo demográfico do açúcar”, resolvi comparar áreas canavieiras de São Paulo e da Bahia. Escrevi um texto de contextualização sobre uma localidade antológica do Recôncavo Baiano, São Francisco do Conde, tendo em vista o tema da desigualdade social, mas preparando terreno para fundamentar comparações, que passaria a fazer dois anos mais tarde, entre áreas canavieiras paulistas e baianas (“110 anos de desigualdade açucareira e brasileira [São Francisco do Conde, 1730-1840]”, na revista *Tempos Históricos*, de Marechal Cândido Rondon). Trabalhei com um *Livro de tutelas e inventários da vila de São Francisco do Conde* e com a possibilidade de reconstituir montes líquidos usando as legítimas. Após diversas precauções técnicas (evitar considerar fortunas já sangradas por partilhas anteriores – montes líquidos de viúvos, por exemplo –, desconsiderar patrimônios de mortos que houvessem deixado testamentos, calibrar a observação levando em conta se tratar de montes líquidos, e não dos mais adequados montes brutos e assim por diante), observei naquele período de 110 anos, entre outros elementos, ter havido fortíssimo avanço da acumulação: entre 1736 e 1805, a mediana das fortunas aumentou em 91%, enquanto, entre 1805 e 1835, ele cresceu em incríveis 589%. Notei igualmente que esse avanço todo aumentou enormemente a desigualdade entre livres, pois o índice de Gini nunca foi menor que 0,6 e terminou o período analisado com o valor de 0,780, tendo atingido 0,834 em 1771-1790. Já era bem conhecida a desigualdade prevalecente no ambiente canavieiro e, mais amplamente, no Brasil. O que dá calafrios é vê-la aumentando de uma maneira assim tão indecente, como que imprimindo uma marca na certidão de nascimento do país.

Vê-se isso com o índice de Gini, mas também com a relação entre os 20% maiores e os 20% menores patrimônios. Essa relação permaneceu acima de 25 da década de 1730 à de 1760. Passou a algo em torno de 65 nas décadas de 1790 e 1800. Alcançou quase 80 em 1808-1828. Tudo isso já indica avanço enorme da iniquidade. Mas nos dois subperíodos a que não fiz referência essa relação quase enlouqueceu: superou os 300 em 1771-1790 e em 1829-1839, devendo ser observado que foi exatamente nos momentos de gestação de projetos para, por assim dizer, andar para a frente – o reformismo

ilustrado do Pombalismo, mas também da Viradeira; a consolidação da Independência (no caso de São Francisco, pilotada mesmo por senhores de engenho) – que a disparidade de condições exibiu todas as suas gracinhas.

Ao escrever esse texto, voltei a encontrar indícios de que o período da ilegalidade do tráfico de escravos efetivamente pôs um sinal de crise na escravidão e na posse de cativos, apesar da continuidade, com alguns picos circunscritos, do comércio de almas provenientes do Velho Mundo. Em 1831-1839, é possível que o acesso das menores fortunas à posse de escravos tenha sido de alguma forma restringido; apesar do crescimento, preços de escravos podem ter caído.

Já no ano seguinte, publiquei na revista *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* um estudo específico sobre morbidade escrava (“Fronteira, cana e tráfico: escravidão, doenças e mortes em Capivari, SP, 1821-1869”). Na área canavieira estudada, a dura realidade da cana de açúcar falava bem mais alto, por assim dizer, que dinâmicas atlânticas de intercâmbio microbiano, inclusive durante a época da entrada das pandemias do século XIX (a febre amarela, o cólera e o recrudescimento da varíola – neste último caso em virtude da desorganização em boa parte do mundo atlântico dos esquemas de vacinação, em face da incrível instabilidade política vigente nessas partes). A cana criava um regime de relacionamento com o meio ambiente que abria caminho para a proliferação de males exógenos, sim, mas endemizados havia muito, tendo este sido o caso da malária. Como a área recebia muitos escravos africanos, foi preciso abordar as suspeitas de que estes fossem vetores da introdução de males novos e importados. Mas os resultados indicaram que africanos vinham mesmo era para morrer, e não para matar. Isso porque se realizou uma avaliação a respeito do *seasoning*, a qual deixou a sugestão de que a tuberculose foi importante na mortalidade pós-desembarque. Para a realização desse estudo, foi proposta uma classificação das causas de morte que buscou menos uma aproximação à Classificação Internacional das Doenças e mais uma alternativa para a utilização das atribuições vagas e imprecisas contidas nas fontes a fim de obter aproximação aos impactos respectivos de epidemias atlânticas e de endemias (muitas delas apenas muito anteriormente atlânticas).

O artigo parte de uma breve revisão bibliográfica sobre o arranjo temporal e espacial dos choques microbianos, sobre a vila açucareira de

Capivari e a respeito de dimensões chave (quanto à morbidade) identificadas por historiadores na lavoura canavieira. Aborda a evolução da diversidade das categorias usadas quanto às causas de morte. O uso da classificação acima referida conduziu a por acento em uma prevalência realmente catastrófica das doenças endêmicas sobre as epidêmicas. Nesse caso foi possível verificar a incidência de causas de morte por faixas etárias circunscritas (0 a 1 ano, 1 a 4, 5 a 14, 15 a 49 e 50 ou mais anos de idade), pois havia alguma disciplina em estimar idades dos falecidos e em atribuir causas para quase todas as mortes. Notou-se uma certa regressão das febres entre crianças e púberes a partir de 1850, assim como o fato de que elas eram mais fatais nas grandes escravarias, dando segurança quanto à associação entre cana de açúcar e malária. Essa associação também ficou evidente no exame da sazonalidade por faixa etária: à exceção dos idosos, muito sujeitados a mortes em julho, observei quanto a todas as outras faixas que as febres do verão eram bem mais mortais que o período da colheita. Apesar da brutalidade desta última, ela ocorria na estação seca.

Nesse estudo, voltei a verificar a chocante incidência da violência na causação das mortes. Um quinto dos homens adultos mortos foram vitimados por acidentes ou violência, e cheguei a esse resultado sem levar em conta as mortes por tétano, que os contemporâneos costumavam associar aos ferimentos derivados do duro trabalho na lavoura canavieira.

As mortes de escravos em Capivari não ocorriam mediante choques. Antes, o padrão a ser retido é o de uma mortalidade constantemente alta, o que condiz com a prevalência endêmica. A utilização do método de Dupâquier para avaliar crises de mortalidade levou a apontar apenas as chamadas crises médias. Estas últimas, aliás, costumavam ocorrer em momentos de preços altos do produto, indicando aceleração do processo de trabalho (as mortes por tétano também cresciam nesses instantes).

Assim, esse trabalho voltou a me colocar diante de antigas preocupações, apesar da aparência de mudança de tema: a hierarquia social, a brutalidade operando no prazo longo – indicando seu lugar estrutural –, a estruturação e a regulação das interações com o meio ambiente pelas relações entre grupos sociais, a diversidade de situações vigentes em atividades produtivas a princípio reunidas no interior de uma categoria ampla como a de

agroexportação. Isso tudo, articulado à morbidade prevalentemente endêmica, aponta para o fato de que a vida e a morte eram assuntos relacionados a relações sociais, e é preciso chamar a atenção para isso em face de modelos exógenos de explicação, sejam eles do tipo centrado nas relações centro/periferia, sejam eles atlânticos. A referência continua a dever ser feita a uma silenciosa permanência e a uma trágica continuidade.

Ainda em 2015, publiquei na *Revista de História Regional*, de Ponta Grossa, PR, um estudo ligando meus esforços relativos à morbidade escrava com temáticas ligadas ao campo paranaense (“Invernos cruentos: nota sobre a morbidade entre escravos e administrados a partir de movimentos sazonais e crises de mortalidade [Curitiba, 1732-1801]”). Avaliei nele sazonalidade das mortes e crises de mortalidade entre indígenas administrados e escravizados. Quanto às crises de mortalidade, adaptei o método proposto por Jacques Dupâquier para a avaliação de estações anômalas, e não anos de crise (ao invés de verificar anos de alta mortalidade, em comparação com os anteriores, avaliei se uma primavera, por exemplo, foi anômala em relação às primaveras anteriores). Tendo estabelecido os momentos críticos para cada grupo, lancei mão de um repertório de referências à sazonalidade de doenças infecciosas (normalmente, à ausência de sazonalidade dessas doenças). Esse repertório vinha e vem sendo coletado por mim mesmo desde 2012, e assim exponho na sequência algumas de suas características. Antes concluo meu relato sobre o artigo citado informando que a datação de crises e épocas insalubres de cada ano, confrontado com informações da bibliografia sobre a sazonalidade de doenças, serviu para referendar a identificação feita há anos a respeito da morbidade em Curitiba e região (Burmester, Kubo): ela era marcada pelo par sarampo-varíola no século XVIII. Meus resultados não podem ter a pretensão de constituir prova disso; resalto apenas que eles são congruentes com essa imagem clássica.

Aponto agora as características dos materiais para uma base de dados relativa à sazonalidade de doenças infecciosas no passado que venho reunindo desde 2012 e disponibilizando na internet (<http://carlos-lima-estacoesinsalubridade.blogspot.com/>). Ela se refere a fenômenos mórbidos desenrolados no Brasil, nas Américas e em áreas ligadas à colonização e às migrações para o continente americano (a Europa ligada à colonização, as

partes africanas fornecedoras de escravos traficados, parcelas da Ásia conectadas com a América por dentro das redes internas aos impérios coloniais). São, até o presente momento, cerca de nove mil entradas referindo-se à localização em pouco mais de mil obras (fontes secundárias e fontes primárias impressas ou publicadas) de indicações sobre épocas do ano de ocorrência de doenças infecciosas epidêmicas ou endêmicas. Anoto ali todas as referências que encontro e que aludam a fenômenos desse tipo ocorridos até o final do século XIX.

Experimentei outra abordagem acerca das relações com o ambiente. Em diálogo com coautor com trabalho específico sobre a Amazônia, e a partir de relato autobiográfico de um migrante espanhol, busquei relacionar sua percepção acerca do Brasil e da Amazônia com a enorme instabilidade política espanhola do final do século XIX e início do seguinte (“Entre dois mundos: narrativas e memórias de Benigno Cortizo Bouzas, um espanhol na Amazônia [1908-1916]”, 2014, em coautoria com Francisco Bento da Silva). Fizemos isso levando em conta uma longa tradição amazônica de posicionar migrantes europeus ou de outras partes do Brasil e das Américas em posições em alguma medida destacadas das condições locais, mas envolvidas em redes intercoloniais ou transnacionais de grande escopo. Isso foi percebido quanto ao período colonial, por Lockhart e Schwartz, transparece em diversos relatos ofertados por Antônio Ladislau Monteiro Baena, no século XIX, e pode ser lido no exemplar relato de Osório Duque Estrada, de 1909, que foi a Belém exclusivamente para avaliar obras de arte europeias adquiridas pelo governador local junto a marinheiros.

Tensão inscrita nos elementos comunitários

Em 2015, publiquei nos *Anais de História de Além-Mar*, de Lisboa, uma retomada dos problemas da mestiçagem e das percepções legitimadoras da escravidão (“Avanço, arbitrariedade e variabilidade da classificação como mestiços de escravos nascidos no Brasil [séculos XVIII e XIX]”). O trabalho parte da distinção proposta por Oracy Nogueira entre preconceito racial de marca e preconceito racial de origem, que serve para indicar ser esperável a tendência a que crescesse contínua e cumulativamente a parcela tratada como parda, mulata, cabra ou mestiça da população escrava. Isso porque, sob o

preconceito de origem, e mesmo em face da miscigenação biológica, não há caminho para a consolidação de um grupo mestiço crescente, pois a parcela negra na origem empurra de volta para um fundo comum, originário, mesmo os filhos de uniões mistas. Sob o preconceito de marca, diversamente, não há volta atrás na miscigenação: mesmo que uma criança proviesse de casal no qual um dos membros fosse negro, ainda assim a criança não deixaria de ser vista como mestiça, significando isso que a parte mestiça da população (no caso, examina-se a parte da população cativa nascida no Brasil), tenderia a crescer continuamente. Isso se passou efetivamente no século XVIII brasileiro. Mas operava outro fenômeno ao lado dessa tendência derivada do resultado concreto da operação do tipo de racismo aqui posto em circulação: tendia-se a classificações arbitrárias de pessoas como mestiças (arbitrárias porque desligadas da lógica antes referida). Isso se manifestava na maior propensão a tratar assim crianças, em comparação com adultos, e mulheres, em confronto com homens. Além do mais, havia retrocessos e retomadas, ao invés da linearidade que seria esperada se vigente apenas a cumulatividade, e muita inconstância, pois o grupo de escravos de uma única fazenda tendia a ter variações enormes em sua composição por “cor” (já se podem usar aspas) no interior de um intervalo muito pequeno (sinal de que o elemento mutante era a classificação, e não a população), a julgar pelo registro censitário de duas fazendas do Paraná cujo estudo foi incluído no artigo. A propensão podia variar até mesmo em função do grau de consolidação de elites locais.

Discuti a escravidão inclusiva como *dupla subordinação*: ao invés de doçura, a vigência de instituições integradoras de escravos adicionava à subordinação derivada das relações de classe aquela ligada à superordenação / subordinação operada na relação entre instituições integradoras ou no interior de cada uma delas (isso conecta tudo a meus estudos sobre irmandades, que dramatizavam e institucionalizavam um lugar na sociedade, o qual, embora se tratasse de *um lugar*, constituía uma posição subordinada). Ela abria caminho para que a mestiçagem formasse grupos sociais efetivos e, dado fundamental, escalonados.

Avancei novamente (havia abordado isso em 2003) quanto às percepções de intelectuais a respeito da mestiçagem, observando como uma primeira vertente analítica a do racismo (segundo a conceituação de

Todorov), para o qual, com a categoria da degeneração, a mestiçagem, se ocorrida, não constituiria grupos sociais. A segunda pode ser exemplificada com Gilberto Freyre, para quem a miscigenação era capaz de criar grupos sociais novos e, no limite, um homem novo. Essas duas posições, relacionadas à capacidade ou incapacidade de gestar realidades sociais concretas, relacionaram-se a também duas direções, cada uma, quanto ao significado dos grupos criados, ou então à significação de não se criarem tais grupos. A ideia de ineficácia social da mestiçagem pôde ser manejada como teorização das formas cruas, por assim dizer, de dominação social, mas teve a capacidade também de se ligar à gestação das visões mais afirmativas – que manejam insistentemente a percepção extrema de diferença embutida na concepção de que a mistura não muda as coisas. A expectativa criadora, digamos, acerca da miscigenação também apontou que as novidades dela derivadas podiam ter os dois significados. De um lado, pôde-se pensar em uma concepção ordeira da mistura – o próprio Freyre e suas ideias acerca da mestiçagem como espécie de correia de transmissão civilizacional e de veto da adaptação aos trópicos, Marvin Harris e o que ficou conhecido como seu marxismo funcionalista, assentando os processos no preenchimento da função de controle dos escravos, ou Rafael de Bivar Marquese e sua concepção de que o tráfico de escravos permitiu a alforria, esta levou à formação da camada de negros livres e tal camada operou como acolchoamento das relações escravistas (impedindo novos Palmares). Mas a mistura criadora pôde igualmente ser vista como algo capaz de gestar situações combativas – desde o seu manejo para a fundamentação de nacionalismos, como na *mestizofilia* mexicana, que teve relação com o ambiente da Revolução Mexicana, até os ideários pós-coloniais.

Quanto ao estudo da propensão a classificar escravos como mestiços, reuni um conjunto bem amplo de séries elaboradas com base em diferentes tipos de documento nominativo – registros de óbito, inventários *post mortem*, um livro de tutelas, anúncios de jornal e listas nominativas de habitantes – e relativas a uma variedade de locais da Bahia, do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Paraná. Focalizei o longo intervalo 1737-1862 verificando a participação dos cativos classificados como mestiços entre aqueles nascidos no Brasil, a fim de evitar os efeitos das enormes variações espaciais e temporais da presença africana nas escravarias; elas impediriam a leitura organizada segundo o ponto

de vista proposto. As informações sobre o século XVIII apontam para a progressão da participação de mestiços entre os escravos nascidos no Brasil. Mas essa participação caiu ao redor da Independência (entre uns dez anos antes e uns dez anos depois dela). Isso fez lembrar alguns alertas lançados por Silvia Lara quanto a assuntos próximos, pois ela, ao observar o temor quanto a mestiços em outros tipos de fenômeno e de documento, deu a isso uma interpretação vinculada a temores ligados à capacidade de controle das populações. Neste meu trabalho de 2015, pude perceber, no entanto, que a propensão a classificar como mestiços voltou a crescer durante o Oitocentos, retomando a progressão verificada quanto ao século anterior. Interpretei essa oscilação como produto de um incremento da arbitrariedade nas classificações. Isso indica a presença na ordem escravista de um consenso no sentido da apreciação motivada politicamente da presença de mestiços entre escravos.

Paralelamente, a presença mestiça era menor nas fronteiras exportadoras paulistas da primeira metade do século XIX. Nas áreas expansivas não exportadoras a situação era diferente, com a classificação de cativos como mestiços acompanhando a consolidação das condições locais. Isso também aponta para aquela arbitrariedade, que continuava pedindo para ser interpretada. Indica o mesmo caminho o fato de que crianças, mais que adultos (isto é, mais que as mesmas crianças quando crescessem), eram classificadas como mestiças em quase qualquer situação observada, passando-se o mesmo com mulheres, em comparação com homens. Isso ajudou a interpretar a arbitrariedade: quanto mais se julgasse controlável a pessoa (cruel destino de mulheres e crianças numa ordem patriarcal), tanto maior seria a tendência a direcionar a ela a classificação arbitrária como mestiço, caso fosse lugar e momento de avançar mais na direção da arbitrariedade. O trajeto entrevisto, com crianças vistas como pardas passando a ser tratadas como negras após seu crescimento, era um fenômeno coletivo, relacionado às categorias. No fundo, meu raciocínio se encaminhou para algo que ia muito além de controle; o dado dominante era o de um projeto de sociedade, demandando o controle de subordinados, mas também o estabelecimento de alguma coesão social. Defendi que a mestiçagem era vista como capaz de criar esse tipo de trama.

Na documentação usada foram encontrados casos nos quais trajetos de mobilidade individual empardeciam, por assim dizer, as pessoas móveis (lembre-se o trabalho de Hebe Mattos). Mas localizei igualmente a tendência mencionada, operante em relação a populações e à maneira como elas eram vistas amplamente, tendência essa para cuja compreensão controle e coesão parecem ser temas mais centrais que mobilidade social.

Realizei em seguida, no mesmo artigo, uma avaliação a respeito das concepções expressas por letrados e administradores sobre a própria mestiçagem. Fundamentei a busca na distinção entre racismo e racialismo (Todorov), entendendo que as posições dessas pessoas quanto a visões mais ou menos deterministas dos seres humanos me permitiriam ver suas reações e projetos ligados à miscigenação. Isso era afetado pela particularidade da ideia de “natureza” interveniente nos discursos sobre indígenas e escravizados.

O racialismo e seus parentes e precursores – como os “servos por natureza” aristotélicos – implicavam uma noção de “natureza” como algo que diferenciava seres humanos. As diversas formas de rejeição desses mecanicismos embutiam os termos consolidados na tradição da segunda escolástica ligados à ideia de que a “natureza” unificava seres humanos (“unidade do gênero humano”, “unidade na diversidade”, “todos nascem livres e processos os levam à escravidão” e assim por diante). Gaioso, Cunha Matos, Jabotão, Santa Rita Durão, José Bonifácio, todos escreveram de alguma forma sobre a mestiçagem como projeto de sociedade, ou como mistura de controle, adaptação e coesão. Até tentativas de, digamos, endurecer as categorias terminavam por mostrar uma percepção do humano pouco marcada pela fixidez.

O quase sistemático distanciamento mantido em relação a um raciocínio de tipo mais determinista quanto aos seres humanos (essa lógica poderia derivar na direção de algo próximo à tônica racial) implicava uma espécie de proibição de que uma tônica de diferença exacerbada fosse esgrimida como justificção da escravidão. Nesse sentido, rastreei, também em posicionamentos do final do século XVIII e início do seguinte, a sobrevivência da tradicional construção de uma visão positiva acerca da escravidão ancorando-a na ideia de justiça do tráfico de escravos africanos, tornado fonte de pactos pela mobilização da lógica dos “resgates”.

Entre o final de 2015 e maio de 2016 exerci as funções de coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. Essa atividade aprofundou minha relação com o programa e me permitiu uma visão mais abrangente de seu trajeto, assim como a respeito da produção de seus profissionais e estudantes. Embora desgastante e frustrante sob alguns aspectos, essa atividade me permitiu acompanhar também soluções institucionais interessantes encaminhadas em outros Programas de Pós-Graduação. Solicitei exoneração da mesma em virtude de ter esgotado os recursos pessoais que podia mobilizar para a realização das tarefas implicadas, pois se tratava de momento difícil, no qual a Universidade não pôde arcar com todos os custos de minha participação em eventos tão importantes quanto o Fórum de Coordenadores. A instituição teve condições de financiar parte da atividade, pelo que permaneço grato. Mas foi necessário mobilizar recursos pessoais para a frequência ao evento.

Entre 2016 e 2019, executei o projeto “A morbidade escrava e seu contexto (Limeira e São Francisco do Conde, 1830-1860)”, com apoio do CNPq sob a forma de bolsa de produtividade em pesquisa – nível 2.

Já em 2016 publiquei em Porto Alegre, na revista *Anos 90*, artigo com resultados relativos a Limeira (“Comunidade e tensão na fronteira agrária paulista [Limeira, década de 1840]”). Nele, examinando essa área de fronteira em rápida expansão, com cana de açúcar dando lugar ao café pela altura dos anos 1840, reuni diversos indícios de uma tensa situação no Oeste Paulista. Era época de retração econômica no mundo atlântico, de rearranjos produtivos com deslocamentos setoriais (o mais forte era o da ênfase na cana de açúcar para o centramento no café, em parte, como já foi visto, em virtude da dinâmica cubana), de desregulamentação dos mecanismos de aquisição de baldios, de crise política derivada do instável ambiente político posterior à Independência, de fortes migrações internas ditadas pela crise e pela suspensão da concessão de sesmarias em 1822 e de dificuldades na oferta de escravos.

Utilizando listas nominativas de habitantes e registros de óbito e batismo, abordei algumas tendências do movimento geral da população (por intermédio dos registros de óbito de adultos e a partir do recenseamento feito em meados da década de 1840). Observei a relação com o tráfico de africanos por intermédio da razão de sexo dos óbitos de escravizados que morreram

adultos. A lista de habitantes facultou avaliar a já esperada grande concentração da posse de cativos, além de ter permitido obter indicadores indiretos acerca do acesso à terra por parte de pobres. Neste último caso, os indicadores obtidos foram dois: um deles foi a distribuição de brancos e negros livres (cujos destinos foram tratados como *proxy* daqueles vigentes entre os pobres em geral) pelas posições na estrutura dos domicílios. Ele mostrou uma propensão mais forte que entre brancos de encontrar agregados entre os descendentes livres de escravos, mas somente na infância e na juventude. A partir da casa dos trinta anos de idade, era mais provável que um branco fosse posicionado como agregado. Isso indica relativa facilidade de formar seus próprios domicílios, nem que fosse remigrando (em trabalho anterior, de 2014, mostrara a grande participação de migrantes internos entre os habitantes negros e livres de Limeira; vide o que se escreveu acima, neste memorial, sobre “Fire, broadax...”). O outro indicador indireto foi o do tamanho médio dos fogos (somente habitantes livres) conforme a cor e a idade do cabeça do domicílio. Os fogos negros se enchiam e se esvaziavam mais rapidamente que os dos brancos (nos dois casos implicando facilidade de montagem dos fogos, pois isso significava que se casavam mais precocemente, mas que seus filhos também se estabeleciam em idades precoces). Enquanto isso, os fogos chefiados por brancos aumentavam de tamanho mais tarde e permaneciam grandes também até momentos mais tardios das vidas dos proprietários – vi nisso uma espécie de lógica de casas-grandes, além da maior complexidade das alianças matrimoniais preferidas de abastados. Até aqui já se tem a combinação de uma intensa movimentação geográfica – tanto *para* como *a partir de* Limeira – com a extrema oscilação conjuntural das interações, ao lado da construção de instituições societárias muito corporativas (como era o caso das casas-grandes). Embaixo, a vida dos escravos era estranha no Oeste.

Os cativos estavam inseridos na agroexportação do tipo mais destrutivo possível – a lavoura canavieira –, com forte acento no tráfico de escravos e nas migrações internas forçadas (afinal, era a fronteira agrária). Ainda assim, os níveis de ilegitimidade de suas crianças eram baixíssimos. Na área do café do Vale do Paraíba, a ilegitimidade às vezes descia a um terço (Areias, Silveiras, Queluz), mas tendia a permanecer na casa de mais de dois quintos, ou mesmo mais de metade (Bananal, além de Silveiras e Queluz em outros momentos).

Em áreas produtoras de alimentos no Vale (a freguesia de Lorena, ou Cunha) a ilegitimidade subia ainda mais, tendo podido alcançar três quartos em determinados momentos. Isso era parecido com o que se passava no outro extremo do que foi avaliado nesta pesquisa, ou seja, na área também produtora de alimentos do atual Paraná (Palmeira, Castro), onde era possível que a ilegitimidade cativa permanecesse quase sempre acima dos três quintos, podendo alcançar mais de nove décimos (Campo Largo).

Enquanto isso, tudo era muito diferente em localidades do Oeste paulista, embora se tratasse da fronteira e não importando muito se era o caso de localidades sempre canavieiras (Capivari, Santa Bárbara) ou de áreas que realizariam pouco antes de meados do século a transição cana-café (Piracicaba, Limeira, Rio Claro). A ilegitimidade escrava permanecia em níveis baixíssimos, teimando em ficar na casa dos 20% ou mesmo chegando a patamares tão baixos como o de 11% em determinados momentos do trajeto da Capivari da cana de açúcar.

Essa combinação de instabilidade e institucionalização me reconectou de uma maneira nova com leituras e produtos que realizara em momentos anteriores. O tempo curto dos movimentos geográficos e das seletas oportunidades de mobilidade combinado à formação de oligarquias me fez lembrar uma expressão utilizada por Joaquim Nabuco, pois ele se referiu a uma “democracia de fidalgos” (*Um estadista do Império*). Levou-me também a recordar, no terreno da história das ideias, afirmações de Morse na direção de que o vetor da preservação manemolente de tomismos, aristocratismos e visões hierárquicas da sociedade e do mundo foi historicamente no mundo ibérico, e por essa altura, o reformismo da Ilustração Católica. Era o andar para a frente do reformismo (assim como da fronteira) que preservava, ressignificando-os, corporativismos vigentes de longa data. Tudo me conduziu a deixar isso intervir em meus estudos sobre a morbididade, pelo menos no sentido do paralelismo entre esses processos sociais e a relação com o mundo microbiano, mas também em relação com um desdobramento que viria a se mostrar importante nos anos subsequentes, o qual consistiria num projeto acerca das ideias políticas de um dos sujeitos centrais da dinâmica limeirense, o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

Ainda em 2016, dei a público dois estudos sobre a escravidão articulando iniciativas datadas de muito tempo em meu trajeto com algumas preocupações novas. (“Escravidão, fuga e rebeldia escrava no Brasil” e “Tipos de cativo e escravidão urbana no Rio de Janeiro”, ambos incluídos em coletânea editada ao redor do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFPR). Quanto ao título do primeiro trabalho, depois passei a considerar que seria mais interessante retomar a indicação de João Reis e Eduardo Silva feita em 1988 no sentido de que, ao invés de escrever “rebeldia”, seria mais abrangente e claro lançar “conflito” – os atos de rebeldia sempre geravam conflito, mas nem sempre o conflito era resultado da rebeldia, embora as implicações fossem semelhantes; há, ademais, a antiga questão, que ainda me parece pertinente, acerca do fato de que nem sempre a rebeldia ou o conflito sem rebeldia implicavam a contestação consciente e explícita da ordem escravista. Preocupei-me em revisar alguma bibliografia e alguma documentação acerca de fugas e aquilombamento em áreas como o Paraná, por haver muita documentação ao meu alcance acerca do mundo rural de onde partiam as escapadas implicadas, que pude relacionar ao tema da família escrava. Retomei, assim as discussões (Ricardo Salles, Manolo Florentino e Marcia Amantino, por exemplo) acerca dos tipos de plantel de onde fugiam cativos. Relacionei também os casos paranaenses com a discussão sobre tipos de mocambo, levando em conta os diversos matizes na mistura e transição de uma estruturação que fustigava continuamente as fazendas para outra, camponesa e marcada por interações mais ou menos discretas, mas contínuas, com o mundo colonial e imperial. Dei muita ênfase à morfologia quase segmentar atribuída por Flavio Gomes (através de expressões como *hidra*, ou *campo negro*) às comunidades quilombolas. Observando o conflito escravo com extensa bibliografia que permitiu vê-lo no longo prazo, o que se percebe, no tocante a crenças e preferências políticas, sociais e religiosas de quilombolas, ao invés da passagem do pré-político ao político ou então da rebelião restauracionista à revolução, é uma passagem da vinculação religiosa extrema – como o milenarismo expresso nos vínculos escravos às santidades do século XVI –, impedidos os sertões pela ainda forte presença indígena, ao esquema de governos estáveis em comunidades autossuficientes (Florentino e Amantino) – com sertões pouco tocados pela dominação colonial, mas já

“abertos”, ou seja, destituídos de presença indígena mais ameaçadora – e deste ao apelo religioso renovado do século XIX, indicando desespero, eliminada a opção da fronteira aberta. Ao invés de um processo de sentido único do pré-político ao combate à ordem, o que se tem é um arco, um ciclo, que resumi no trabalho de maneira muito simplificada:

- Século XVI: sociedades coloniais confinadas contra a costa no século XVI, sem válvula de escape para os escravos por causa dos indígenas ainda relativamente numerosos. Era a época de fenômenos como o da Santidade de Jaguaripe, em que cativos se aproximavam de instituições conflituosas produzidas fora dos embates do cativoiro.
- Séculos XVII e XVIII: os sertões tornaram-se disponíveis para escravos porque incontrolados pelas sociedades coloniais. A fuga se laicizou e montaram-se os esquemas envolvendo comunidades estáveis dotadas de formas de governo sobre grandes números de quilombolas tornados quase camponeses, embora capacitados para o enfrentamento militar.
- Século XIX: estabeleceu-se controle político das fronteiras agrárias. Fugas e movimentos escravos ligaram-se a desespero, boatos, milênios e violência desenfreada. A criação de instituições e as querelas internacionais sobre o tráfico de escravos estabeleceram novas rotas de enfrentamento da classe senhorial.
- Década de 1880: avançada demais a crise do cativoiro e a criação de disparidades sociais entre os livres, a rebeldia contra o sistema ganhou corpo.

Mais que a etnicidade no interior dos grupos rebelados ou fugidos, vê-se o estabelecimento de alianças e aproximações com grupos diferentes no interior das experiências mocambeiras. Nos momentos de escolha de marcadores religiosos ou culturais estritos, o que estava em jogo não era o aferramento à particularidade; era, ao invés disso, a seleção de elementos capazes de construir pontes com o contexto ou com aliados. Até mesmo a trajetória de quilombos pode ser mais bem compreendida se olharmos para os “laços para os lados”, isto é, para as condições de abandono do desenraizamento, viabilizando a ação coletiva, inclusive no sentido econômico da sobrevivência dos quilombolas através da agricultura.

Até mesmo quilombos tinham de várias formas sua trajetória afetada pela necessidade escrava de superar o isolamento e o desenraizamento, pois a fuga ao cativo podia fazer andar na bagagem dos fugitivos este que era o mais pernicioso elemento desse mesmo cativo. Assim é que a consecução de chegadas de mulheres e de crianças nos quilombos alterava a vida interna destes, estabilizando-os, sem que, no entanto, valha a pena esperarmos condições que estabilizassem *tipos* de mocambo (predatórios em relação à ordem colonial ou comunidades camponesas plenas – aqueles que Amantino denomina quilombos autossuficientes), dada a segmentação.

No segundo desses trabalhos, retomei reflexões sobre a escravidão urbana carioca, agregando-lhes alguns subtemas novos e outra documentação, especialmente no sentido de observar atitudes em relação a africanos na época da ilegalidade. Abordei a tensão entre mobilidade e confinamento e os modelos interpretativos acerca de controle e etnicidade (Silvia Lara, Leila Algranti, Mariza Soares, Thornton, Miller, Robin Law). Tratei também das grandes linhas do desenvolvimento do cativo urbanizado, observando informações sobre as presenças relativas de homens e mulheres, assim como das tendências na distribuição por tipos de ocupação entre os séculos XVIII e XIX. Dediquei-me igualmente às mudanças operadas a partir do fim do tráfico africano e às relações entre cativos e livres pobres no final do período escravista. Utilizei um jornal de 1840 – o Diário do Rio de Janeiro – a fim de obter uma imagem acerca das expectativas de ganho senhorial com o trabalho cativo urbano (observei a relação entre as expectativas de ganhos através de aluguéis que se comunicavam nos anúncios e os preços de venda de acordo com a ocupação).

Em 2017, escrevi um trabalho sobre São Francisco do Conde feito a partir de registros de óbito (“Adaptações à dinâmica do tráfico de escravos e questões étnicas e comunitárias em São Francisco do Conde, BA [1811-1854]”). Como considerei mal conduzido o processo de avaliação desse trabalho, sendo o trabalho importante em meu trajeto, resolvi dá-lo a público diretamente na internet, sem a mediação de periódico, razão pela qual não há referência a ele em meu currículo (<http://estacoestextosescravidao.blogspot.com/2018/05/adaptacoes-dinamico-traffic-de.html>). A razão para que eu trate dele agora, para além da

cronologia, reside no fato de que ele abordou a questão da ilegitimidade escrava nessa clássica região canavieira. Embora os laços entre escravos fossem, genealogicamente, muito mais profundos, e apesar de estar abordando área de escravarias grandes, a ilegitimidade escrava na Bahia era muitíssimo maior que na área canavieira de São Paulo. Em resumo, enquanto na cana paulista a ilegitimidade escrava era de quase zero, no mundo do açúcar baiano ela era de quase cem, e as escravarias eram igualmente grandes nos dois lugares, da mesma forma que era analogamente enorme a participação africana na população. Como até esse momento refletia sobre isso usando documentos diferentes para cada lugar (os registros de batismo para Limeira e os de óbito de crianças para São Francisco do Conde), decidi que voltaria a tratar do assunto com documentação mais homogênea posteriormente (o que fiz, como será visto).

O conjunto do trabalho abordou, quanto à primeira metade do século XIX, as duas freguesias da vila seiscentista de São Francisco do Conde de maior centralidade quanto à produção açucareira, as de São Gonçalo e de Nossa Senhora do Monte Recôncavo. As duas eram muito antigas, com alguns de seus engenhos mencionados em textos quinhentistas como o de Gabriel Soares de Sousa. Mas tiveram na época desempenhos inversos, com tendência à redução da importância do cativo em São Gonçalo e ao aumento dessa importância em N. S. do Monte. Observar esse tipo de deslocamento ocorrendo durante a época da ilegalidade do tráfico africano adicionou outras razões àquelas que já tinha para julgar que a escravidão se encontrava sob circunstâncias críticas nessa época. Os óbitos permitiram obter relances importantes também a respeito da estrutura da população, levando em conta que a imagem assim formada é grosseira e difícil de atribuir a algum momento específico. Mas, na falta de documentação que permita verificar isso com um pouco mais de precisão, proceder assim é útil. Apesar de proporções semelhantes de brancos nas duas populações, os diferentes desempenhos canavieiros faziam com que a de N. S. do Monte fosse mais marcada pela presença escrava (quase metade dos óbitos), e esta pela participação africana (escravos vindos do Velho Mundo constituíam quase um quarto da população total da paróquia). Por outro lado, e refletindo uma possivelmente maior diversificação em São Gonçalo, já que declinava a importância da cana, a

participação de libertos e descendentes livres de cativos alcançava ali mais de dois quintos (proporção que, em N. S. do Monte, ficava próxima de um terço). Confirmou-se um dado que aparece disperso por vários trabalhos sobre a Bahia (Schwartz, Reis, Parés): o predomínio entre africanos daqueles oriundos da África Ocidental se mantinha no Recôncavo, em comparação com Salvador, mas se reduzia em favor de uma presença relativa um pouco maior de angolanos e congolezes. Isso se mostrava também quando se passava de N. S. do Monte, de proporções quase soteropolitanas, para São Gonçalo.

Como resultado do mesmo projeto, escrevi em 2018 um trabalho comparando endemias em Capivari e Limeira (“Dinâmicas superpostas da malária e das endemias dependentes de condições de vida no Sudeste brasileiro do século XIX”). Tendo sido outro caso de, na minha opinião, má condução do processo de avaliação, este trabalho também foi divulgado em site (<<http://estacoesdainsalubridadetextos.blogspot.com/2018/04/artigo.html>>), sem inserção em periódico, pois este artigo também foi importante em meu trajeto. Acima, escrevi sobre uma tentativa de 2013 de propor uma comparação entre áreas cafeeiras e canavieiras que atribuía à morbidade escrava nas primeiras (Bananal foi o caso estudado) a prevalência das relações escravistas (condições de vida) e à mesma morbidade nas segundas o comando exercido pela relação com o ambiente ligado à cana. Afirmei também que tendi depois a tentar associar a essa formulação a consideração de que incidia em ambas um trajeto que passava por momentos de preponderância das questões ambientais ligadas ao tipo de produto, mas também por instantes nos quais o fator preponderante era ligado às condições de vida. Foi nesse estudo de 2018, sobre Limeira e Capivari, que busquei entrever esse trajeto. Nas duas vilas, o momento inicial da ocupação agroexportadora era marcado pela ascensão da malária, até seu auge por volta de 1850. A partir de então, a participação do impaludismo como causa de morte decresceu. Ao longo de todo o período abordado, no entanto, foi quase sempre crescente a participação nos falecimentos daqueles provocados por endemias associadas a condições de vida (diarreia, disenteria, gastroenterite, febre tifoide, vermes, hidropisia e assemelhados). Em outras palavras, verifiquei ter havido um ciclo de malária e uma progressão ininterrupta das mortes causadas pela interação com a má qualidade da água, dos alimentos, da vestimenta e das condições de moradia,

ou seja, pela degradação ambiental produzida pela própria expansão agrária no que então era a fronteira agrícola paulista.

Em 2016, havia escrito um trabalho a respeito da obra *Systema representativo*, de José de Alencar – uma defesa do sistema proporcional (“Iracema vota. Ficção, política e história em José de Alencar”, 2016). A questão era a de que, conforme foi visto, minha atividade docente introduzira algumas adaptações no trajeto que buscava construir como pesquisador. A longa permanência de um viés hierárquico na vida social brasileira significava a reiteração de um sentido aristocrático. Isso constituiu um grande problema no pós-Independência brasileira, pois a refundação do Estado entraria numa relação tensa, de diversas formas, com as oligarquias cuja presença se ligava àquele viés aristocrático. Assim, passei a buscar aumentar minha familiaridade com trabalhos referentes à vida política oitocentista no Brasil e na América Latina, considerando que o ponto constituiria uma espécie de teste para as concepções acerca da vida social que vinha manejando até então. Principalmente no começo do século XIX (mas não só), criava-se uma situação na qual esse legado colonial consistente no viés aristocrático passava a ser objeto de discussão pública e de práticas bem concretas no sentido de mantê-lo ou de livrar-se dele, que se ligava, nas concepções do período imperial, ao mundo local/regional. Julguei que o conheceria melhor se o observasse enquanto era combatido. Os romances de Alencar seriam boa matéria para análise quanto a isso, mas preferi abordá-los revendo alguns trabalhos bem importantes a seu respeito e pondo-os em confronto com minha leitura do texto político alencariano. Ele, ao escrever tão obsessivamente sobre territórios locais, exóticos e étnicos, na verdade não mostrava muito apreço por eles, nem desejava torná-los projeto de país. Atraía-o neles sua capacidade de fornecer vínculo social, e tal vinculação seria apta a ser usada para o caminho civilizacional por ele almejado em última instância.

Ainda em 2016, retomei minha contribuição ao livro *Devoção e incorporação*, editado em 2002, revi-a e acrescentei muita coisa, resultando tudo em um livro autônomo (*Associativismo escravo e irmandades no Brasil*. Saarbrücken: NEA, 2016). Uma discussão sobre mestiçagem e hibridismo publicada em 2003 foi revista e adaptada para servir de introdução ao trabalho sobre confrarias. Quanto à historiografia destas, dei maior atenção a estudos

mais recentes apontando a interferência de etnicidades africanas na prática, em chave mais atlântica que culturalista. Mantive, no entanto, minha posição. Escrevi, por exemplo, que “ao invés, ou no mínimo ao lado, da tradicional ideia de que senhores dividiam seus escravos para reinar sobre eles, é preciso pensar que escravos dividiam-se para que pudessem unir-se. Dadas as condições do cativo, qualquer unidade pressupunha intensa negociação. Participar destes processos de negociação impunha estabelecer poderes de barganha, e as afirmações étnicas tinham um fortíssimo lugar aí” [p. 87].

As principais modificações frente ao formato original, de 2002, estiveram ligadas à documentação manuscrita manejada para compreender a composição do Rosário de Curitiba, tendo, além do mais, tornado o estudo sobre composição uma abordagem comparativa entre Curitiba e as irmandades da freguesia central de uma vila açucareira do Recôncavo Baiano, São Francisco do Conde (a freguesia é a de São Gonçalo). Assim, o capítulo passou a intitular-se “O tempo de Curitiba e os africanos de São Francisco do Conde (1765-1840)”. Comparar reforçou uma constatação que vinha fazendo desde 2002, confrontando a proporção dos escravos de Curitiba enterrados no Rosário com a observável em outros lugares (em 2002, comparava minhas constatações quanto a Curitiba com aquelas de Iraci Del Nero da Costa em relação a Vila Rica no século XVIII). Desde então percebia um estatuto absolutamente singular da Irmandade e da capela do Rosário curitibana. Irmandades negras pelo Brasil afora alcançavam proporções muito pequenas dos escravos de cada localidade. Isso não se repetia no Paraná, onde a esmagadora maioria dos escravizados da paróquia era sepultado com a intervenção da irmandade negra. Entre 1824 e 1830, por exemplo, 72% dos escravos mortos em Curitiba foi enterrado com intervenção do Rosário (restringindo a observação aos mortos em idade adulta, essa proporção alcança 82%). Observar o caso de São Francisco do Conde aumentou muito a convicção acerca dessa particularidade. Embora na Bahia se apontassem três confrarias que abrigavam escravos, apenas 3,8% dos mais de quatrocentos cativos mortos entre 1817 e 1840 teve em seu enterro alguma intervenção de irmandade negra.

Outro acréscimo ao texto de 2002 feito em 2016 foi o de uma reflexão partida da análise feita das irmandades enfatizando a movimentação

corporativa (a “ vaidade ” imputada à prática por seus observadores dos séculos XVIII e XIX). Um epílogo intitulado “ O que motivava a agir ” investiga concepções de liberdade no período das irmandades, apontando que a movimentação corporativa teve relação íntima com o que Patterson denominou “ liberdade soberana ” e com a concepção de liberdade em situação de escravidão (Meillassoux), organizada ao redor do combate à dessocialização e ao desenraizamento, mais que à ordem escravocrata. Nesses termos, conforme ficou escrito na página 294 do estudo, “ aquilo que moldava as estratégias encaminhadas por irmandades negras [...] às vezes, assumia a forma de uma associação entre liberdade e inclusão, ou mesmo privilégio. Em outras circunstâncias, a concepção arcaica de liberdade aparecia sob a forma de usos da noção de liberdade para condenar atitudes, pessoas ou grupos. Casos também havia em que aquilo que nós, modernos, chamaríamos de libertação era visto como ‘ tirania ’ ou ‘ despotismo ’ ”.

Em articulação com as questões abordadas nesse livro, publiquei em 2017, na *Revista de História Comparada*, da UFRJ, artigo em coautoria com Marcio Marchioro sobre aldeamentos paulistas (“ As mães precoces e as fronteiras fluidas dos aldeamentos indígenas de São Paulo [1730-1820] ”). Nele, reunimos resultados de nossas pesquisas independentes, sendo as dele sobre os referidos aldeamentos e as minhas a respeito de negros livres. Isso porque, conforme defendemos no texto, se algum paralelo for útil para estudar os indígenas na situação dos aldeamentos degradados pelo abandono e pela cobiça, este paralelo não deverá ser feito com escravos, mas sim com comunidades de negros e pardos livres em situações de relacionamento pouco institucionalizado (ou completamente destituído de institucionalização) com elites coloniais que frequentemente se capacitavam para a espoliação de camponeses. O fardo dos escravizados era diverso. Os dados que acumulei, portanto, e que podem ser úteis na comparação, foram aqueles relacionados a negros e pardos livres, assim como a indígenas em Guarapuava e Buenos Aires.

Prosseguia assim, com esse trabalho, na investigação da inclusão subordinada e do racismo inclusivo. Isso me motivou a, em minha contribuição ao artigo, abordar o problema das mães precoces, pois as informações a seu respeito podem ser vistas como um indicador acerca da interferência da

sociedade colonial na vida familiar indígena. Marchioro agregou informação e reflexão sua a respeito da porosidade das fronteiras entre os aldeamentos paulistas e a sociedade circundante.

Quanto às mães indígenas, indicadores indiretos de sua fecundidade apontam para valores um pouco inferiores aos das escravas paulistas, mas muito menores que os observáveis entre as mulheres livres de São Paulo (baesamo-nos em listas nominativas quanto a isso). Definimos mães precoces como aquelas que aparecessem em listas nominativas com idades entre os 15 e os 24 anos. Avaliamos as idades com que elas, aparentemente, iniciavam seu percurso reprodutivo, assim como a sua importância relativa entre o total de mulheres e a dispersão ao redor dessas idades médias, pois elas permitem formular hipóteses sobre a questão dos controles de comportamentos: sendo as idades iniciais muito solidamente próximas da média, isso indica uma forte possibilidade de que as instituições (o padre, se fosse o caso) ditava regras sobre uniões e impunha-as a meninas indígenas. A participação das mães precoces entre as meninas com 15 a 24 anos de idade era, de fato, baixa nos aldeamentos paulistas. Bem mais baixa que nos aldeamentos de Guarapuava, no atual Paraná, durante os anos 1830 e que entre as moças residentes em fogos chefiados por negros e pardos livres em diversas localidades paulistas. A idade média das mães meninas por ocasião do nascimento do primeiro de seus filhos não variava muito na comparação entre os locais e situações, embora o desvio padrão nas aldeias de São Paulo fosse alto, indicando a fraca vigência de regras e regulações quanto a isso (a questão só parecia muito regulada, impondo a maternidade precoce a meninas indígenas, no aldeamento oitocentista – e então recente – de Guarapuava). Acoplado a isso a questão da grande porosidade da fronteira dos aldeamentos, tem-se uma corroboração do apontado em outras pesquisas no tocante ao fato de os aldeamentos paulistas do final do século XVIII, já distante a influência jesuítica, se apresentarem como instituições decadentes.

De fato, quanto a essas aldeias, defendemos ter sua dinâmica sido tangida por elementos institucionais (diferentemente do ocorrido com os aldeamentos nordestinos do século XVI, cuja vida era provavelmente organizada pela dureza das determinações da lavoura canavieira, e com os aldeamentos de fronteira, cuja inserção na sociedade era dada pelas

necessidades de defesa do Império). Fizemos essa discussão partindo da crítica ao relato de Serafim Leite a respeito dos aldeamentos paulistas, e quisemos enfatizar com a expressão “elementos institucionais” a dinâmica da imposição do Estado, das relações entre estes e os inacianos e colonos e das relações entre estes dois últimos.

Em 2017, realizei uma aproximação entre os resultados de meus esforços de investigação, especialmente sobre escravidão e mestiçagem, e minha atividade como professor do DEHIS/UFPR, pois ainda lecionava – e com muita satisfação – temas de história da América colonial. Assim, publiquei na *Revista Eletrônica de ANPHLAC*, de São Paulo, um artigo a respeito da posse de escravos e de outros aspectos do cativo na Buenos Aires do século XVIII (“Notas sobre desigualdade e posse de escravos em Buenos Aires [1778]”, 2017). Após abordar a historiografia da questão, que conta com trabalhos do porte daqueles de Rosal, Moreno, Johnson, Saguier, Mallo e Goldberg, adotei o ponto de vista das duas últimas pesquisadoras de que se tratava, para adotar a terminologia de Finley, de uma sociedade com escravos (e não de sociedade escravista). Buenos Aires constituía uma cidade com escravos (e não uma cidade escravista, como o Rio de Janeiro) porque as atividades que reiteravam suas elites (o porto, por exemplo) não dependiam do trabalho cativo. Só que foi, talvez, a maior cidade com escravos da América do Sul. Outros centros mais ao norte podiam ser maiores e conter mais escravos – Lima, o Rio de Janeiro, os centros da atual Colômbia –, mas o cativo tinha neles uma inserção diferente, expressa, por exemplo, em maiorias masculinas que configuravam cidades escravistas.

Como a fonte central de informação é constituída pelo *padrón* (recenseamento) de 1778, contextualizei sua produção chamando a atenção para o fato de ter ocorrido na década de 1770 um freio de curta duração do fulgurante crescimento observado no mundo atlântico ao longo do Setecentos. Utilizei para tanto as excelentes análises de história dos preços disponíveis, passando em seguida para a rica bibliografia que descreve a cidade no período.

O trabalho com as informações nominativas do recenseamento me permitiu comparar as estruturas de posse de escravos portenha e carioca, o que mostrou, surpreendentemente, níveis semelhantes de concentração,

apesar das enormes diferenças entre ambos os locais (especialmente no tocante à importância dos maiores plantéis, entre seis e quinze vezes mais importantes no Rio). O índice de Gini ficou próximo de 0,8 nas duas circunstâncias. Se a distribuição da posse de escravos puder ser considerada uma *proxy* da distribuição da riqueza (e é mais fácil pensar assim quanto ao Rio que em relação a Buenos Aires), a imagem a ser retida será a da imensa e profunda desigualdade atravessando toda a diversidade de situações. Avaliei a razão de sexo dos cativos segundo as faixas de tamanho das escravarias, referendando a compreensão tradicional de que o cativo portenho era basicamente feminino, à exceção das escravarias muito grandes para padrões locais, normalmente pertencentes a instituições religiosas.

O estudo da estrutura de posse de escravos me pôs em contato igualmente com uma questão importante: os estudos sobre o Rio da Prata chamaram a atenção para a preponderância feminina no cativo urbano, mas também observaram que a crescente inserção de cativos nas povoações rurais (até a supressão política das condições de reprodução da escravidão na sequência de maio de 1810) era bem mais sanguínea, com majorias masculinas denunciando a instauração de sociedades plenamente escravistas no agro, mesmo que com contingentes escravizados diminutos. Isso se reproduzia no interior da cidade, e nisso fui marcado pela análise da mesma por Jumar e Paredes, que a descrevem como organizada segundo eixos que partiam do porto e alcançavam as áreas rurais circundantes. As referências no recenseamento a *ranchos*, *rancherías*, *quintas* e *sitios*, ao lado daquelas a *ornos*, mostravam uma escravidão bem mais brasileira, por assim dizer. Certos fenômenos tradicionalmente enfatizados em relação ao Brasil também foram notados em Buenos Aires, especialmente a relação direta entre aumento no tamanho das escravarias e acréscimo das chances de formação de laços familiares e de proles cativas (conforme as análises de Robert Slenes, José Flávio Motta e Manolo Florentino em relação ao Brasil).

Por fim, retomei quanto a Buenos Aires o problema das percepções acerca da mestiçagem embutidas no uso das categorias de classificação. Novamente, defrontava-me com dados de arbitrariedade, em meio ao fortíssimo e sempre ressaltado processo de miscigenação no mundo portenho, a que historiadores recentes atribuem a imagem construída posteriormente de

uma Argentina inteiramente branca e indígena. Assim é que os cativos das menores escravarias, que se esperaria ver forçados a muita união com livres e, assim, a muita mestiçagem, eram menos propensos a ser classificados como mestiços que os dos plantéis maiores. A incidência disso em relação às faixas etárias repete o caso brasileiro analisado por mim em 2015: quanto mais jovem o escravo, tanto maior era a chance de que fosse visto como mestiço. Isso, em parte, era o resultado efetivo de um processo acelerado de miscigenação. Mas indica arbitrariedade, pois a diferença era grande demais. Nas menores escravarias, a proporção de mestiços entre crianças com menos de 12 anos era quase o dobro da vigente entre cativos de 12 a 49 anos de idade e mais de quatro vezes maior que a observável entre os mais velhos. Nos maiores plantéis as proporções eram semelhantes, com a diferença de que os mais velhos eram um tanto mais propensos a ser vistos como mestiços que nos pequenos (isso também cria suspeitas de arbitrariedade). Essa capacidade de manipular as atribuições de cor, foi o que se propôs, denuncia projeto.

Crioulização e instabilidade: entre a crise política e a insalubridade

Em 2018, o prof. Antônio Carlos Jucá de Sampaio, do Instituto de História da UFRJ, aceitou supervisionar neste Instituto estágio de pós-doutorado de seis meses. Nele, executei projeto intitulado “Um todo com a natureza: Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, seus escravos e a sociedade brasileira (1822-1859)”.

Em função dessa atividade, escrevi um relatório que, conforme planejei, seria transformado em tese de titularidade. Isso foi feito. Mas incertezas vindas do terreno político conduziram a que enviasse o trabalho para exame por uma editora. Houve resposta, embora o processo não tenha se completado, levando-me a considerar que isso representou a perda do necessário ineditismo. Desse modo, na sequência, exponho o conteúdo das partes principais disso que constituiria minha tese de titularidade.

Abordo as ideias políticas de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Esse bacharel português chegou a São Paulo como advogado na década de 1800 e logo se associou, inclusive por casamento, com a parentela do brigadeiro Luiz Antônio Macedo de Souza, que, além da influência política, tinha vasta atividade como prestamista, na aquisição de unidades açucareiras

e na comercialização de açúcar. Em 1811, Vergueiro iniciou atuação em instituições de Estado, participando, primeiramente, da administração municipal paulista, e no interior dessa atividade apareceu referido como almotacé e juiz das sesmarias ou das medições, sendo essa atividade de escopo provincial. À frente, foi eleito para as Cortes portuguesas de 1822 e, retornado após a Independência, elegeu-se constituinte na Assembleia de 1823. Em 1826, era deputado e, em 1828, senador (condição que manteve até sua morte, em 1859). Paralelamente à atuação na câmara alta, foi ministro do Império e da Justiça, com mais de uma curta passagem pelos ministérios, membro da regência provisória de 1831, suplente no Conselho da Presidência de província, deputado à Assembleia provincial paulista (chegou a presidi-la) e diretor da Faculdade de Direito. Durante a década de 1810, transitou para a atividade agrícola (na cana de açúcar, tendo sido, a partir do final dos anos 1820, um dos introdutores, na parte de Piracicaba que viria a constituir Limeira e Rio Claro, de mudas e do conjunto de práticas relacionadas à lavoura cafeeira, que substituiria a outra ao redor do final dos anos 1840). Ao lado da gestão de suas propriedades – Ibicaba era a principal delas, e o conjunto voava para o alto, podendo-se identificar escravarias de cerca de 200 cativos em meados dos anos 1840 –, manteve inserção no comércio atacadista, no tráfico de escravos, no agenciamento das primeiras levas de imigrantes – começando com açorianos –, no comércio de tropas (era consogro do Barão de Antonina) e na atividade prestamista.

À febril atividade que manteve ao longo de toda a vida Vergueiro associou uma propensão a longos discursos e a projetos de impacto no Parlamento. Refiro-me a um projeto sobre organização de municipalidades – que levaria à figura dos juízes de paz – e outro destinado a regular a aquisição de baldios após a suspensão da concessão de sesmarias de 1822 (ele reivindicava a paternidade da suspensão na Constituinte) e que daria origem, depois de transformado, à Lei de Terras. Esses dois projetos foram de 1826. Quanto a seus discursos, assim como em relação a um livro que escreveu na Lisboa de 1822 sobre a Fábrica de Ipanema, de Sorocaba, a rispidez reconhecida na época não o impedia de dar a suas falas um tom mais abstrato de reflexão política, e busquei examinar todas as tomadas públicas de posição a que tive acesso (anais da Câmara e do Senado; atas do Conselho da

Presidência e da Assembleia provincial; folhetos por ele assinados ou publicados anonimamente – mas que consegui associar a ele ou a suas ideias –, o relatório de sua atuação à frente do Ministério do Império e seu livro sobre Ipanema).

Busquei lidar com o encaixe sempre proposto de Vergueiro no processo de formação de um pensamento liberal no Brasil, pesando o fato de ele ter sido formado, com alguma solidez, na por outro lado escorregadia Ilustração ibérica. Passei a abordar a percepção mantida por Vergueiro em relação à pobreza rural brasileira, na direção de calibrar sua versão de um projeto civilizador. Com o mesmo objetivo observei sua concepção acerca da agricultura, do lugar da igreja católica, das diversas sobrevivências corporativistas na vida social e institucional, do funcionamento da magistratura e do papel nos âmbitos locais dos funcionários partidos das instâncias centrais. Tratei também de suas propostas quanto à relação entre províncias e centro imperial, de seu projeto de municipalidades de 1826 e de sua atuação no Ministério do Império.

Na sequência busquei aproximar-me de suas atitudes em relação à escravidão. Para tanto, percorri diversas intervenções suas nos debates parlamentares, mas também realizei incursões na história social de Limeira e de Ibicaba, e quanto a isso precisei observar diversos outros tipos de fontes de informação, como listas nominativas, registros de batismo de Limeira e diversas localidades próximas e assentos de óbitos de um leque bastante diversificado de localidades no Sudeste brasileiro (na hora de especificar sua relação com os sertões em vista de um projeto civilizador meio excêntrico que ele manejava, resolvi buscar uma aproximação à incidência da violência nos arredores de sua fazenda, e fazê-lo com os óbitos exigiu procedimentos comparativos). Busquei indícios de sua atividade traficante em suas falas parlamentares e na composição de sua escravaria. Tratei das mudanças de sua concepção de liberdade e das questões relacionadas às atitudes em relação ao tráfico de escravos (neste caso, retomando e ampliando muito o leque de posicionamentos contemporâneos que abordei em “Um pai amoroso os espera...”, “Eles são como nós, que já não somos grande coisa...” e “Avanço, arbitrariedade e variabilidade da classificação como mestiços...”). Avaliei sua imagem acerca dos indígenas e do que fazer em relação a eles (de um modo pouco claro, Vergueiro e seus filhos se envolveram com

aldeamentos; não se deve esquecer também que seu trajeto na direção do Senado realizou-se em São Paulo durante a época em que estava declarada guerra justa contra grupos indígenas Jê – ele, aliás, votou pela supressão dessa autorização em 1830) e da fazenda como corporação, por definição inclusiva e articulada a uma concepção de vizinhança centralizada. Os indígenas foram referidos nessa parte pelo fato de que, desde o século XVI, as posições senhoriais acerca de escravizados eram articuladas àquelas relacionadas aos indígenas; as fazendas como corporações, pelo fato de também terem sido abordados alguns mecanismos de controle dos escravos por parte de Vergueiro. Um deles aparece expresso pelo compadrio cativo em sua fazenda, comparado àquele observado nas outras unidades escravistas. Outro se relaciona à família e, como ele desenvolve elementos abordados anteriormente, em comparação com situações baianas (conforme mencionei acima), há espaço para expor alguns desses resultados.

Outro assunto abordado nessas incursões na história social do entorno rural de Vergueiro, portanto, foi o do controle dos escravos e, no interior disso, o da aparente indução (ou mais que isso) por parte do senador do estabelecimento formalizado de relações familiares entre seus cativos. Quanto a isso, foi factível realizar uma discussão comparativa sobre família escrava em Limeira e em outra área canavieira, só que na Bahia. No relato feito acima acerca de trabalhos de 2016 e 2017, sobre Limeira e São Francisco do Conde, respectivamente, ficou escrito que a lavoura canavieira baiana e a paulista abrigavam situações inversas quanto à formalização das relações familiares de escravos. Isso foi novamente notado aqui, dessa vez com a mesma fonte de informação (os registros de óbitos de crianças). Repetiu-se a constatação: baixíssima ilegitimidade na cana paulista; altíssima na da Bahia. Ademais, a observação do estado civil dos escravos mortos levou às mesmas conclusões: a proporção dos que faleciam casados ou viúvos era bem maior em São Paulo.

No interior dessa mesma discussão sobre a escravidão e Vergueiro, foi preciso abordar sua relação com a noção de raça, o que fiz relacionando o problema com aquele do vocabulário relativo às “casas” e à estratificação social. Foi igualmente preciso que eu tratasse de um aspecto adicional da imagem por ele retida acerca dos sertões e, portanto, da sociedade brasileira. Foi importante como que recheiar sua percepção acerca dos matos com uma

discussão a respeito da relação entre sertão e violência – de certa forma retomando a análise de Souza Martins sobre a fronteira agrícola – e com outra análise acerca da morbidade em Limeira. Um ímpeto civilizador descentralizado detectado no senador combina bastante com a realidade e a percepção tanto da violência, quanto da insalubridade dos matos tocados pela expansão agrária. Isso conectou o presente trabalho com preocupações anteriores, expressas em trabalhos como “Escravos de peleja...”, “Fire, broadax and fever...”, “comunidade e tensão na fronteira agrária...” e “Fronteira, cana e tráfico...”.

Antes de concluir a exposição desse relatório, comento o impacto dos dois estágios de pós-doutorado em minha carreira (isso equivale a manifestar minha gratidão pelas autorizações obtidas no Departamento de História e na Universidade Federal do Paraná para que eu os realizasse). No primeiro deles, de 2010-2011, supervisionado por José Flávio Motta, introduzi diversos temas novos nas minhas preocupações. No segundo, de 2018, sob a supervisão de Antônio Carlos Jucá de Sampaio, abordar uma temática a princípio nova permitiu-me sintetizar muitas das preocupações e resultados de trabalhos anteriores.

Mas, para concluir com Vergueiro, ressalto que a última parte do relatório abordou suas tomadas de posição quanto a assuntos econômicos, tanto de sua vida empresarial como na do país. Nos apontamentos acima sobre seu trajeto, deve ter ficado claro que ele constitui, caso se abstraia sua atuação como advogado, uma espécie de exemplo da passagem, durante o período colonial tardio (cujas características considero extensivas aos primeiros anos do Império), dos negócios para a agricultura, conforme indicações de Frago e Florentino a respeito da “esterilização que não esgota”. Nesta parte do relatório investiguei as oscilações de sua autoidentificação entre o comércio e a agricultura, abordei suas falas a respeito da moeda – na direção de relacioná-las à ligação dos negociantes de grosso trato com a escassez do numerário – e refleti sobre sua relação com o que historiadores do porte de Chiaramonte, da Argentina, e Covarrubias, do México, vêm denominando *neomercantilismo*. Tirei disso implicações que me permitiram a formulação de hipóteses para compreender sua imagem em relação à atividade empresarial e ao mercado, assim como acerca da época de ausência de regulação para a

apropriação de baldios em meio à conturbação política do pós-Independência e a uma espécie de explosão das migrações internas de livres pobres. Busquei também reler suas falas sobre a necessidade de regulação da propriedade da terra, tendo obtido novas lições a respeito da visão de agricultura e de crescimento econômico que o marcavam, inclusive no projeto de 1826 sobre a venda de baldios.

Como meu projeto alusivo à morbidade continuou em implementação, dei a público, nesse ano de 2018, na revista *História & perspectivas*, de Uberlândia, um artigo acerca da morbidade livre e escrava que me permitiu retomar modelos de história ambiental (“A coqueluche, a articulação inter-regional e as crianças do Sudeste rural brasileiro [1840-1870]”). Primeiramente, e tendo em vista os modelos de choque microbiano, perceber a importância da incidência da doença entre crianças escravas leva a por ênfase em circuitos menos frequentados por historiadores das doenças cativas. É pouco provável que o patógeno circulante no Brasil fosse de origem africana. A doença deve ter se tornado endêmica muito cedo na América, de modo que a endemização de males originados no Velho Mundo europeu, mesmo que de doenças transmitidas de pessoa a pessoa – é o caso da coqueluche – pode ter afetado escravos. Ademais, muitas das mortes implicadas significaram submeter filhos de africanos a doenças europeias endemizadas, mais que vitimar crianças brancas com doenças africanas. Navios negreiros, mais que conduzir ao Brasil patógenos destinados a vitimar hospedeiros locais, traziam os pais e mães dos hospedeiros que viriam a ser afetados, às vezes tragicamente, por males eurásianos tornados endêmicos. O estudo leva a rever modelos de choque microbiano marcados por uma tônica de epidemias em solo virgem. Os resultados sugerem ser necessário acrescentar aos modelos muito atlânticos usados para compreender a vida de livres e escravos no Brasil o que se pode chamar de *crioulização da insalubridade*.

Antes de defini-la, esclareço que analisei a coqueluche também porque, no tocante ao século XIX e à historiografia das doenças, é difícil dizer se a tosse comprida e a tísica eram confundidas. É verdade que afetavam grupos etários diferentes. No entanto, e especialmente entre os padres que registravam os óbitos, destituídos, aliás, do treinamento médico acessível no entrecho, deslizes podiam ser produzidos por pressupor-se algum

relacionamento entre ambos os males. Assim, questões específicas enfrentadas por historiadores das doenças escravas – especialmente o lugar da tuberculose e alguns dilemas interpretativos postos por referências documentais à morte de crianças escravas por “tuberculose” – podem ser recolocadas observando-se a coqueluche.

Para definir aquilo que chamei acima de *crioulização da morbidade*, é preciso aludir aos agentes, aos circuitos que realizavam e à temporalidade inscrita nesses percursos. A abordagem atlântica enfatiza patógenos do Velho Mundo atravessando o oceano e produzindo eventos súbitos. A expressão “crioulização da insalubridade” serve para acentuar processos diferentes. Uma versão aponta para patógenos locais – algumas verminoses – movendo-se juntamente com a expansão agrária e produzindo uma insalubridade expansiva, geradora de tragédias quotidianas, mas silenciosas. Outra – a da malária, por exemplo – indica patógenos eurásianos ou africanos radicados no Brasil e produzindo um ambiente doentio também constante. Outra ainda aponta – caso do sarampo – para a circulação de males entre regiões diferentes e conectadas dentro da colônia ou do Império, dependendo da circulação das pessoas para produzir com alguma frequência epidemias importantes. O caso da coqueluche sugere um patógeno do Velho Mundo tornando-se endêmico onde a concentração de pessoas o permitisse e, a partir daí, passando a produzir avanços não sustentados sobre áreas rurais. Tais avanços não se sustentavam pelo fato de a população não ser suficiente para a preservação de uma bactéria que só tem por hospedeiros seres humanos.

A história de doenças compreendida dessa maneira põe em jogo, portanto, e conforme a afecção de que se trate, o papel do Atlântico, da história intrínseca de regiões específicas e do relacionamento entre regiões, como nas discussões sobre economia ou política coloniais e do início do Império, que já puderam enfatizar a metrópole, as histórias regionais com seus agentes próprios ou os atores decisivos das relações inter-regionais. Quanto aos circuitos e à temporalidade de seus efeitos, põe igualmente em jogo o problema dos deslocamentos e do enraizamento de agentes (nesse caso, patógenos), o que também se presta àqueles paralelos.

Abordei diversas vilas paulistas e o curato de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Observei a incidência da coqueluche, sua sazonalidade (de fato, a

ausência de estacionalidade) e sua importância na gestão de duas crises maiores de mortalidade a se abaterem sobre crianças escravas em Bananal, SP.

Ainda em 2018, publiquei em coletânea organizada no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça do Paraná (*População negra no estado do Paraná: coletânea de artigos – abordagem histórica*) um trabalho retomando preocupações acerca da relação entre escravidão e consolidação estatal (“Beatriz e o abandono: anotações a uma ação de liberdade no Paraná [1876-1881]”). Nesse trabalho, discuto, a partir de um caso, as alforrias por abandono na vigência da Lei do Ventre Livre. Isso me permitiu abordar as concepções de escravidão vigentes no final do período imperial. O leque de questões articuladas inclui a posição institucional dos cativos como, ao mesmo tempo, coisas e pessoas. Dele faz parte o problema de que, na época, a posição institucional dos cativos como pessoas podia ancorar-se tanto no legado da legislação portuguesa que tratava a escravidão marcada pela relação entre pessoas, num ambiente desigual; mas podia também encontrar escoras no estabelecimento pela legislação de direitos e obrigações na intimidade das relações escravistas, como na análise de Hebe Mattos a respeito do *liberalismo escravista*. Engloba igualmente os problemas implicados, na época, quanto à definição da propriedade; se aqueles problemas já não eram de fácil solução no tocante à propriedade da terra, ainda mais complexos se mostravam no tocante à de escravos, dado nunca se ter nem mesmo tentado regular essa questão (e disso resultavam embates políticos importantes). Dessa forma, a argumentação judicial podia conter elementos como a concepção de direito natural objetivo expressa na categoria de “lei natural e religiosa”, ou então a proclamação da necessidade de referendo comunitário às relações de propriedade. Tudo mobilizava as características da legislação imperial, que não consigo deixar de ver como intencionalmente lacunar, assim como o papel da magistratura nesse ambiente. Além disso, as alforrias por abandono constituem, como objeto de análise, uma oportunidade ímpar para tratar das relações entre poder senhorial e as comunidades locais, levando-se em conta as transformações verificadas na relação entre os livres pobres e a posse de escravos, mudanças essas constitutivas da crise do cativo, conforme continuo a pensar. Consultando as atas do Conselho de Estado da época da

elaboração do projeto do *Ventre Livre*, foi factível verificar a incidência de preocupações dos conselheiros exatamente com as reações da pobreza livre ao cativo nessa época transitiva. O caso de Beatriz, que resultou na negação da liberdade, põe o analista em contato com problemas específicos do contexto – a vila de Palmeira, muito marcada então pela decadência do negócio de tropas e por uma espécie de transformação camponesa. Aponta da mesma forma para as relações entre livres pobres e pessoas em cativo, oscilando ao redor do parentesco não formalizado, dos contratos informais para trabalho pós-alforria e dos circuitos vicinais de reciprocidade e redistribuição. Chama atenção igualmente para as relações entre senhores e escravos e meio à pobreza, inclusive senhorial, e em situação de escravidão em crise, do mesmo modo que traz informações importantes sobre aspectos muito tensionados nas parentelas de elite empobrecidas (um dos aspectos do abandono de Beatriz derivava do fato de se tratar de um patrimônio *pro indiviso*). Especificamente quanto ao cativo, a labuta com o tema pôs em contato com problemas ligados à difícil distinção entre a movimentação tradicionalmente denominada autônoma dos escravos e o abandono propriamente dito. Isso conectou esse trabalho com temas que abordei antes: sempre havia tratado dos limites da mobilidade física dos cativos urbanos, na minha opinião sempre exagerada; por essa época, tratava de outro exagero, que consistiu em atribuir fixidez excessiva aos cativos rurais. Essas questões motivaram o tratamento de vasta documentação, para além da ação de liberdade analisada (encontrada no arquivo da Vara Cível de Palmeira, no fórum respectivo). Mobilizei, para compreender o contexto e qualificar personagens, listas de qualificação de votantes e inventários *post mortem*.

Desde 2019, venho executando, com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq – nível 2 –, o projeto “Morbidade e tráfico de escravos (Bahia e áreas rurais do Rio de Janeiro e do Paraná, 1820-1860)”. Enquanto o preparava, reuni observações presentes na bibliografia e em meus estudos anteriores sobre o Paraná do século XIX a fim de organizar minha passagem para o estudo de aspectos da morbilidade na área. Assim, já em 2017 retomei discussões a respeito da atividade ervateira da época em um artigo publicado na *Revista do NEP* – Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR (“Notas sobre uma especificidade do mate paranaense no século XIX”). Nele, parto da

constatação de que a coleta da erva mate no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina, nos dois casos do século XIX, assim como no Paraná do início do XX, ocorriam basicamente em terras devolutas, inclusive com participação e regulação comunitárias, ao passo que a ascensão da coleta no Paraná teve seu início durante o período de veloz formação de propriedades rurais (através de posse) durante o intervalo 1822-1850, período durante o qual inexistia regulação da apropriação de baldios. Assim, a atividade ervateira ascendeu simultaneamente à apropriação da terra. Mas manteve-se precária em sua relação com o ambiente e com a paisagem agrária, pois prosseguiu extrativa e demandante apenas de beneficiamento muito simples. Levei em conta pouco mais de quinhentos inventários *post mortem* de Campo Largo, São José dos Pinhais e Palmeira e notei que pessoas sem escravos ou com escravarias bem pequenas tinham mais chances de possuir ervais em suas terras que os maiores dos em geral pequenos escravistas da área. Da mesma forma, a propriedade de ervais não estava associada às maiores fortunas em São José e Campo Largo. Tudo se encaminhou para definir a atividade ervateira como rentismo e seus principais beneficiários como uma comunidade mais mercantil que produtiva, produzindo-se ganhos muito grandes, mas pouco interferência na paisagem agrária. Além do mais, se, durante a primeira metade do século XIX, a apropriação se consolidou, ao longo da segunda metade do mesmo século ela tendeu a esfacelar-se, dado o combate aos vínculos formais e informais promovido pelo Estado imperial em busca de consolidação, de modo que a propriedade de ervais tinha ligado a si um sinal de crise. Assim, organizei os dados de algumas dezenas de inventários referentes a patrimônios de mulheres que morreram até quinze anos antes ou depois de seus maridos, a fim de verificar a efetividade das meações. Elas eram efetivas. Os casos são poucos, mas me deixaram com a viva sugestão de que mulheres mortas antes de seus maridos faleceram com patrimônios cerca de duas vezes maiores que os de seus maridos, ocorrendo o inverso caso falecessem depois deles, já que, nesse caso, as fortunas equivaleriam à metade. Argumentei que isso indica, ao lado de bens retidos em pro indiviso e elementos semelhantes, que ao lado de uma atividade rentista que não produzia investimento agrário, a própria propriedade rural apresentava sinais de desagregação.

Muitos produtos vinculados ao projeto acima referido estão em finalização, mas já dei a público um artigo a respeito da ruralidade paranaense, abordando também o tráfico de escravos para ali dirigido, pois venho dando continuidade a meus esforços para propor mecanismos de uso de registros de óbito com finalidades ligadas à história social, e não só à história das populações. Publiquei na revista *Mundos do trabalho*, de Florianópolis, artigo investigando alguns padrões aproximados da escravidão em Curitiba no decorrer de um século (“Espasmo e estagnação: um século de escravidão em Curitiba [1765-1862]”). Há grande abundância de outras fontes, mais confiáveis, mas resolvi realizar esse estudo a fim de verificar se a imagem obtida com os óbitos caminha na mesma direção que os resultados bem mais sólidos conseguidos com outras fontes. E ela caminha, de modo que o procedimento pode ser levado a efeito quanto a locais carentes da extensa documentação curitibana. Entendendo a expansão da fronteira agrária como o fenômeno dominante para compreender a questão, notei ter havido duas ondas de crescimento da população escrava curitibana. Uma, muito forte e muito rápida, estendeu-se pelo último terço do século XVIII. Durante a mesma, os cativos chegaram a compor 30% da população da vila. A segunda, oitocentista, foi moderada e larvar, não tendo realizado em sessenta anos o avanço que a situação setecentista permitiu que ocorresse em 35. Curitiba era a fronteira no século XVIII. No século seguinte, fornecia escravos para outras áreas expansivas.

Aquilo que se passou no final do século XVIII só pode ser entendido como migração ou remigração forçada de escravos (partidos da África ou de outras regiões coloniais), pois, além de o avanço ter podido mostrar taxas geométricas de 11% ao ano (o que é impossível em condições de crescimento endógeno), os óbitos mostram maiorias masculinas muito fortes. A já clássica percepção de Gutiérrez e Luna a respeito dos primeiros trinta anos do Oitocentos – poucos africanos, muitas crianças e números semelhantes de homens e mulheres na população – transparece nos sepultamentos de adultos, mas, como os mesmos autores também mostraram, essa situação foi circunscrita àqueles primeiros trinta anos do século XIX. Antes disso, a população escrava era marcada pelas migrações. Depois disso, a participação masculina voltou a se avantajá um pouco, pois na época do tráfico ilegal

houve melhores condições para que proprietários curitibanos acessassem africanos desembarcados ilegalmente.

Utilizou-se também para Curitiba uma versão ligeiramente modificada de um instrumento proposto pela primeira vez em artigo disponibilizado pela internet em 2018 acerca de São Francisco do Conde. Ele consiste na utilização dos registros de óbito para obter uma imagem grosseira do que estava se passando com as posses de escravos num determinado intervalo (insisto em que ele mostra grosseiramente o que se passava com ela, e não fornece nenhuma aproximação crível à posse média). Ele contabiliza o número médio de escravos sepultados por cada senhor a cada ano e a quantidade de senhores que deram cativos à tumba também a cada ano (é preciso eliminar da observação os anos de crise forte de mortalidade). Ao aplicá-lo a Curitiba, ficou claro que o número de senhores de escravos cresceu fortemente na passagem do século XVIII para o seguinte, enquanto a posse média certamente teve uma brutal retração durante o mesmo intervalo. No último terço do século XVIII, o número de senhores era crescente (a cada ano mais pessoas levavam seus escravos à sepultura). Nos sessenta anos seguintes, esse número estagnou. Da mesma forma que o indicador sobre o tamanho da população, fica assim sugerido um primeiro período de espasmo e um segundo, de estagnação.

Por fim, os sepultamentos de crianças escravas forneceram uma imagem acerca da evolução da ilegitimidade. Ela transitou de forma linear de uma situação de taxas baixas até chegar, no final do período observado, a algo próximo de cem por cento de ilegítimos na população escrava. Ao desenraizamento constitutivo da escravidão (Patterson) somava-se aquele que derivava da pertinência a ínfimos plantéis e do avanço da fronteira agrária.

Aulas em turma de pós-graduação e orientações

Tendo concluído meu doutoramento em 1997, já no ano seguinte iniciei meu trajeto pela Pós-Graduação em História da UFPR. Inicialmente, envolvido com a criação e o início da linha de pesquisa em Espaço e Sociabilidades, trabalhando ao lado de Ana Maria de Oliveira Burmester, Sergio Odilon Nadalin e Maria Luiza Andreazza, nas vezes em que ofereci disciplinas optativas, busquei levar aos estudantes alguns textos que me aproximassem de uma conceituação de sociabilidades assim como a via então. Pareceu-me útil propor

que os estudantes lessem, como historiadores, a sociologia relacional de Bourdieu. A partir de meados dos anos 2000, reduzi em meus cursos a importância de textos de Bourdieu, embora os tivesse mantido, acrescentando leituras de Polanyi, bem como sobre hierarquia (Dumont), micro-história e material relativo ao conceito de Antigo Regime (incluindo especialmente António Manuel Hespanha), em virtude de diversos estudantes do curso estarem se aproximando dessa área de estudos. Em meados dos anos 2010, mudei a orientação de minhas disciplinas, dando ênfase a alguns pontos específicos. Em 2016, ofereci disciplina em que a tarefa essencial foi a leitura de *O problema da escravidão na cultura ocidental*, de David Brion Davis. Em 2019 e 2020, minha atitude passou a ser a de contribuir para os debates travados pelos estudantes com leituras sobre a Ilustração ibero-americana.

Concluí a orientação de 18 dissertações de Mestrado e oito teses de Doutorado. Esses trabalhos abordaram preponderantemente a escravidão, a história social do final do século XVIII e início do seguinte e temas relativos à vida política durante o século XIX. O que foi além dessa periodização ligou-se a questões historiográficas e a problemas teóricos que achei relevante enfrentar então.

Considerações finais

Nesse longo trajeto profissional, abordei reiteradamente diversas facetas de uma realidade difícil. Sempre reapareceu a enorme brutalidade da vida social e política brasileira, com um autoritarismo que, embora gelatinoso e manemolente, nunca escondeu eficientemente sua relação com a violência, a qual, de sua parte, deriva da natureza aristocrática e escravista da vida social. Processos de origem externa ou global têm seu impacto filtrado e mediado por agentes marcados pela vigência de relações de poder reiteradas no âmbito societário.

Qualquer expectativa de movimentação cíclica da desigualdade (como em Kuznets) deve ser substituída pela percepção de seu constante aprofundamento. No máximo, superaram-se seus mais indecentes e catastróficos picos, com a única boa notícia tendo sido a de que eles não foram sustentáveis, tendo sido posta em seu lugar a retomada da progressão da iniquidade. Foi sempre extrema a aptidão da morfologia hierárquica para o

englobamento da movimentação geográfica, da mobilidade social e do impacto dos reformismos. Tudo isso foi temperado e, em certa medida, tornado suportável pela rarefação do povoamento, origem de um contínuo avanço da fronteira agrária (fechada apenas recentemente). Ela, no entanto, permitiu muita reiteração.

A vida comunitária também ajudou a formular mecanismos de sobrevivência. Mas também ela foi marcada por constante tensão, sempre dando lugar a mais violência.

A morbidade apresentava semelhanças formais com essa monotonia paradoxalmente trágica: mais elemento cotidiano que produto do impacto descontínuo de eventos, o risco de morrer era sempre alto. Mas a morbimortalidade apresentava outras analogias com a vida social. Práticas e instituições, nesse contexto, sempre foram incrivelmente vulneráveis às também inacreditáveis oscilações conjunturais. A analogia, quanto a isso, foi a de que males contínuos, subterrâneos e renitentes por vezes explodiam em crises. Em relatório apresentado ao CNPq em 2019, descrevi resumidamente duas crises fortes de mortalidade, e peço licença para inserir apenas um quadro.

Causas de morte durante crises fortes de mortalidade – crianças livres em Capivari (1852) e adultos escravizados em Bananal (1855) – participação percentual dos tipos de causa de morte

Causas de morte	Bananal e a crise do outono de 1855 (adultos escravos)		Capivari e a crise do verão de 1852 (crianças livres)	
	Outonos, 1854, 1856-59	Outono de 1855	verões, 1839-54	verão de 1852
<i>'Febre'</i>	6,1	6,7	60,0	72,2
<i>Tuberculose</i>	2,0	-	-	-
<i>Varíola</i>	-	-	-	-
<i>Cólera</i>	-	-	-	-
<i>Febre amarela</i>	-	-	-	-
<i>Outras infecciosas</i>	14,3	-	2,2	-
<i>Vermes</i>	-	-	7,8	-
<i>Hidropisia</i>	6,1	13,3	-	-
<i>Diarreia, disenteria</i>	18,4	26,7	0,6	13,9
<i>Outras-poucos casos</i>	18,4	26,7	2,8	-
<i>Causas externas</i>	2,0	-	1,7	-
<i>S/ inf., ilegível etc.</i>	32,7	26,7	25,0	13,9
<i>Total</i>	100	100	100	100

Fonte: LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *A morbidade escrava e seu contexto (Limeira e São Francisco do Conde, 1830-1860)*. Curitiba: Relatório técnico-científico apresentado ao CNPq (processo 307610/2015-2), 2019.

Tratou-se de dois momentos de crise forte de mortalidade (método de Dupâquier) entre os grupos etários e de condição jurídica considerados. Possivelmente, ambos estiveram ligados a fenômenos *El Niño*. O que se exacerbou na canavieira Capivari foi a malária. Na Bananal cafeeira, foram a hidropisia (quase certamente ancilostomíase), a diarreia e a disenteria. Tudo isso era de incidência contínua nos dois lugares. Coisa de um infeliz dia a dia. Mas até o larvar e constante podia virar crise (e forte).

Importa muito discutir a relação pessoal passível de ser mantida com o legado nacional que venho tentando estudar. É impossível a absorção da lógica presentemente reivindicada, ou tentativamente imposta, de estabelecer uma relação positiva com o passado brasileiro, sendo simplesmente ofensiva a inescrupulosa tentativa, ora corrente, de transformar meu ofício no arauto dessa ideia cretina. Assim, resta lembrar, com Caetano Veloso, que o samba é filho da dor, concepção, essa sim (e só ela), capaz de consolidar positividade em relação a alguma coisa no legado do trajeto nacional (e latino-americano). Ela é apta, especialmente, a induzir fraternidade para com meus concidadãos, que quotidianamente arrancam (sabe-se lá como) beleza das entranhas do sofrimento.

Apêndice: sumário da produção acadêmica

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódico	31
Livros publicados	4
Capítulos de livro publicados	18
Livros organizados ou edições	2
Jornais de notícias	1
Trabalhos publicados em anais de eventos	44
Apresentações de trabalhos (Comunicação)	11
Apresentações de trabalhos (Conferência ou palestra)	17
Apresentações de trabalhos (Congresso)	11
Apresentações de trabalhos (Seminário)	5
Apresentações de trabalhos (Simpósio)	7
Apresentações de trabalhos (Outra)	2
Traduções (Artigo)	1
Traduções (Outros)	1
Prefácios (Livro)	1
Apresentações (Livro)	1
Demais produções bibliográficas	3

Orientações

Orientação concluída (dissertação de Mestrado – orientador principal)	18
Orientação concluída (tese de Doutorado – orientador principal)	8
Orientação concluída (trabalho de conclusão de curso de graduação)	69
Orientação concluída (iniciação científica)	12
Orientação concluída (supervisão de pós-doutorado)	1
Orientação em andamento (dissertação de mestrado)	2
Orientação em andamento (tese de doutorado)	4
Orientação em andamento (supervisão de pós-doutorado)	1

Produção técnica

Trabalhos técnicos (consultoria)	84
Trabalhos técnicos (parecer)	41
Trabalhos técnicos (outra)	3
Curso de curta duração ministrado (extensão)	1
Relatório de pesquisa	2

Outra produção técnica	5
Blog	1

Eventos

Participação em eventos (congresso)	4
Participação em eventos (encontro)	1
Organização de evento (congresso)	4
Participação em banca de trabalhos de conclusão (mestrado)	18
Participação em banca de trabalhos de conclusão (doutorado)	9
Participação em banca de trabalhos de conclusão (exame de qualificação de doutorado)	12
Participação em banca de trabalhos de conclusão (graduação)	4
Participação em banca de comissões julgadoras (concurso público)	4
Participação em banca de comissões julgadoras (avaliação de cursos)	4
Participação em banca de comissões julgadoras (outra)	3

Currículo Lattes

Detalhes podem ser consultados em meu currículo Lattes, no endereço seguinte:

<http://lattes.cnpq.br/6983978119510269>